

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES
UCAM CAMPOS**

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades

MÁRCIA VIANNA HISSA AZEVEDO

ATAFONA, PATRIMÔNIO MAR ADENTRO:
Formação, Planejamento e Destruição do Balneário de Atafona – RJ.

Campos dos Goytacazes/2004

MÁRCIA VIANNA HISSA AZEVEDO

ATAFONA, PATRIMÔNIO MAR ADENTRO:
Formação, Planejamento e Destruição do Balneário de Atafona – RJ.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Planejamento Regional e Urbano.

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. PATRÍCIA SILVEIRA DE FARIAS

Campos dos Goytacazes/2004

MÁRCIA VIANNA HISSA AZEVEDO

ATAFONA, PATRIMÔNIO MAR ADENTRO:
Formação, Planejamento e Destruição do Balneário de Atafona – RJ.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes, como quesito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: Planejamento Regional e Urbano.

Aprovada em julho de 2004

BANCA EXAMINADORA

Prof. ^a Dr. ^a Patrícia Silveira de Farias – Orientadora.

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Júlio César Rodrigues

Universidade de Paris VIII

Prof. ^a Dr. ^a Fátima Regina Cecchetto

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Campos dos Goytacazes

2004

A Deus que, por intermédio da fé, me deu a certeza de poder chegar até aqui.

Aos meus pais, por sempre acreditarem nos meus sonhos.

A Maurício Sávio, meu marido, que, de modo incansável e não obstante minhas ausências, compartilhou comigo cada momento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Patrícia Farias - minha orientadora -sempre amiga, estimulante e persistente a nortear meus passos.

À FENORTE (Fundação Estadual Norte Fluminense), em especial à Presidente Ana Lúcia Sanguedo Boynard Mendonça, pelo incentivo, confiança e apoio que tornaram possível a conclusão deste curso.

Aos colegas da turma do mestrado, que compartilharam comigo cada etapa deste estudo, em especial José Manoel dos S. Pereira, companheiro e amigo, exemplo de dedicação ao estudo.

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de São João da Barra, que, de forma solícita, disponibilizaram dados fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, pelo auxílio na pesquisa de material jornalístico.

A todos os depoentes, pelas informações que constituem a base deste trabalho.

A todos os amigos adquiridos no decorrer deste trabalho, que, de alguma forma, contribuíram para sua realização.

RESUMO

Assumindo a forma de um estudo de caso, a presente dissertação objetiva construir um acervo que reúna e ofereça informações a respeito de alterações que vem ocorrendo na malha urbana do Balneário de Atafona – município de São João da Barra, RJ - oriundas de um processo de erosão marinha (no período de 1975 a 2004). Entretanto, descobrir as causas da erosão não é objetivo deste estudo. A pesquisa compreende o histórico da localidade, um plano urbanístico elaborado para o balneário, a análise dos reflexos da destruição sobre a população local e também as providências tomadas para conter o processo, por parte do poder público, assim como iniciativas da sociedade civil. A constituição do trabalho envolveu revisão bibliográfica, análise de material jornalístico e fotográfico, além de pesquisa de campo, onde foram aplicados questionários a 30 famílias residentes no local e também a 10 veranistas. Os dados obtidos efetuam um balanço do que já foi e está sendo feito para amenizar os prejuízos causados pela destruição, buscando auxiliar e nortear os próximos estudos e projetos que se destinem a solucionar o problema da erosão.

ABSTRACT

This dissertation takes a form of a study of case. Its purpose is to collect data and also to provide information about the changes that come along in urban design of seashore of Atafona, district of São João da Barra city, RJ, derived of a sea erosion process (from 1975 to 2004). However to detect the reasons of the erosion is not the purpose of this study. The research comprehend the local history, an urban plan created for the seashore, the analysis of the consequences of the changes on the native people, the official actions to hold on the erosion process by authorities and the initiatives of civil society. The methodology involved bibliography revision, analysis of paper news and photography, besides fieldwork and interviews with thirty local families and also with ten vacationers. This research indicates what has been done and what is being done to reduce the damage caused by erosion in people's life, and has the aim to give support and guide next studies and projects about erosion trouble.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, p. 8

1 ATAFONA: LOCALIZAÇÃO, FORMAÇÃO DA MALHA URBANA E ASPECTOS GERAIS, p. 17

1.1 LOCALIZAÇÃO, p. 17

1.2 SÃO JOÃO DA BARRA: DA COLONIZAÇÃO AO SÉCULO XX, p. 19

1.3 O BALNEÁRIO DE ATAFONA, p. 22

1.4 A PRAIA COMO ATRAÇÃO, p. 26

1.4.1 O ASPECTO ECONÔMICO, p. 28

1.4.2 AS CONSTRUÇÕES, p. 30

1.5 ATAFONA NO CONTEXTO REGIONAL, p. 33

2 O PLANEJAMENTO URBANO EM ATAFONA: ROTEIRO DE UMA INVESTIGAÇÃO, p. 38

2.1 O PLANO, p. 39

2.2 NOVOS PLANOS, p. 47

3 ATAFONA: CRÔNICA DE UMA DESTRUIÇÃO, p. 49

3.1 A EROÇÃO SOB O PONTO DE VISTA GEOLÓGICO, p. 49

3.2 A DESTRUIÇÃO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA, p. 52

3.3 QUANTIFICANDO A DESTRUIÇÃO, p. 59

4 UM BALANÇO DA DESTRUIÇÃO, p. 66

4.1 OS PERSONAGENS: MORADORES E VERANISTAS, p. 66

4.2 PESCADORES: OS CONJUNTOS HABITACIONAIS, p. 69

4.2.1 OBSERVAÇÕES GERAIS, p. 80

4.3 VERANISTAS: LEMBRANÇAS DE TEMPOS FELIZES, p. 81

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 85

5.1 O PODER PÚBLICO MUNICIPAL, p. 85

5.2 MOVIMENTOS SOCIAIS, p. 90

6 OBRAS CITADAS, p. 93

7 OBRAS CONSULTADAS, p. 97

8 APÊNDICES, p. 98

8.1 QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM PESCADORES, p. 99

8.2 QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM VERANISTAS, p. 101

INTRODUÇÃO.

O presente trabalho se desenvolve na forma de um estudo de caso, apresentando como foco principal a análise de alterações na configuração da malha urbana do Balneário de Atafona, o qual corresponde ao primeiro distrito do município de São João da Barra no Estado do Rio de Janeiro. As alterações mencionadas são consequência de um processo de destruição, causado por erosão marinha. No entanto, a erosão não é o centro desta pesquisa. O foco principal se encontra no resgate da história da localidade e também nas alterações nela ocorridas.

A análise proposta compreende o histórico da formação da localidade, o processo de destruição que vem atingindo a mesma, os reflexos da destruição sobre a população local e também as ações desempenhadas pelo poder público e pela sociedade civil organizada. Desta forma, o estudo apresenta como objetivos secundários: pesquisar inicialmente como ocorreu a ocupação do balneário, resgatando o processo de formação da malha urbana; pesquisar a existência de projetos referentes a planejamento urbano; identificar as consequências da destruição e, por último, fazer um balanço das ações desempenhadas para amenizarem o processo.

O objetivo primário, o qual se baseia na junção dos secundários, consiste em elaborar um material que venha a servir de base (levantamento de dados) para estudos e pesquisas de disciplinas diversas, que buscam identificar as causas e consequências da erosão.

É importante lembrar que o nosso estudo de caso não tem, de forma alguma, pretensão de descobrir ou desmistificar a real causa do fenômeno erosão que vem atingindo Atafona. Este fenômeno já vem sendo objeto de estudo de inúmeros

pesquisadores (geólogos, ambientalistas, etc.) e ainda não apresenta causas definitivas. Estes pesquisadores, no entanto, encontram dificuldade em iniciar suas pesquisas por não terem à mão informações sobre épocas anteriores que os façam compreender como se desenvolveu o processo de destruição.

POR QUE ATAFONA?

O Balneário de Atafona é importante para a região, uma vez que se traduz em excelente opção de lazer e veraneio, não só para os moradores de São João da Barra, mas também para os moradores da cidade de Campos dos Goytacazes-RJ. Embora o município de Campos possua a praia de Farol de São Tomé, muitos dos seus moradores optam pelas praias do município de São João da Barra, entre elas Atafona e Grussaí (praia vizinha à primeira), por apresentarem menor distância. Muitos possuem lá casas de veraneio, mesmo morando em Campos, a uma distância de 45 km aproximadamente (o que se traduz em um deslocamento de mais ou menos meia hora, quando feito de carro em velocidade moderada).

A reduzida distância possibilita que, durante o período de verão e de férias escolares, mesmo pessoas que não estejam de férias possam vir até a cidade trabalhar e retornar para o convívio de suas famílias depois do expediente.

Freqüentes são as reportagens (jornais e TV) a respeito da destruição que vem ocorrendo na praia de Atafona, como conseqüência do processo de erosão já mencionado. A destruição já eliminou ruas inteiras, tendo “devorado” residências, a Capelinha de Nossa Senhora dos Navegantes, a colônia de pesca e seu ancoradouro, bares, restaurantes, um posto de gasolina e até mesmo o antigo

farol da Marinha (tendo este sido reconstruído em outro local, que hoje já não é mais tão seguro devido ao contínuo avanço do mar).

A situação é polêmica e bastante visível, merecendo especial atenção. A destruição não teve uma data específica como marco de seu início, esta vem afetando a região desde os primeiros anos da década de 70. Entretanto, percebe-se que a preocupação com a destruição da área tornou-se mais relevante nas últimas duas décadas. Neste período, o mar passou a atingir imóveis localizados em áreas mais nobres, como por exemplo, a Avenida Atlântica (localizada ao longo da beira-mar), e atualmente ameaça “engolir” o Prédio do Julinho¹, o posto da Polícia Militar e o Reservatório Elevado da Companhia Águas do Paraíba, o qual abastece toda a localidade.

Nesta direção, podemos apontar diversos fatores como justificativas relevantes para este trabalho. Em primeiro lugar, vêm as perdas patrimoniais. Inúmeros imóveis já foram destruídos, causando muitos transtornos tanto para os veranistas como para os moradores. Estes últimos, sem dúvida, foram os mais prejudicados, pois ao perderem seus imóveis, ficaram, de fato, desabrigados.

Para os veranistas, as perdas sentimentais se mostraram tão marcantes quanto as perdas materiais. Neste caso, a perda das casas significou automaticamente a perda de parte da história de cada um deles, além dos momentos felizes e inesquecíveis.

Além das perdas sofridas por veranistas e moradores, há também que se destacar os reflexos negativos sobre o turismo e o desenvolvimento local, o que vem ocasionando a passos largos, o desinteresse pela localidade.

¹ Prédio de propriedade do comerciante Júlio Ferreira da Silva, única edificação da localidade a conter três pavimentos. Inicialmente construído com o objetivo de funcionar como um hotel, foi revertido para uso residencial antes mesmo de sua conclusão. Este prédio foi interditado pela defesa civil em 19/02/2003.

Uma vez determinados os objetivos a serem alcançados, a primeira tarefa foi a escolha da metodologia a ser utilizada. Esta tarefa não foi das mais fáceis, visto que, logo de início, na ocasião de apresentação da proposta para o presente estudo, concluiu-se que é bastante escassa a bibliografia que abrange a história da localidade. Muitos são os “fãs” de Atafona, mas pouca coisa existe registrada, apresentando caráter documental. Dentre os poucos exemplares mais relevantes encontram-se: *O Homem e a Restinga* (Lamego, 1946); *Apontamentos para a História de São João da Barra* (Oscar, 1977) e o mais recente *Uma Dama Chamada Atafona*, de autoria do jornalista (e morador local) João Noronha, lançado em 16 de janeiro de 2003, com direito à tarde de autógrafos em um restaurante badalado da localidade.

A maior dificuldade em analisar a situação diz respeito exatamente à precariedade de informações e dados. Nem mesmo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dispõe de informações precisas e detalhadas a respeito do Balneário, estando seus dados limitados à cidade de São João da Barra, à qual Atafona está ligada.

Mediante a escassez de bibliografia, outras alternativas de obtenção de dados tiveram que ser incorporadas à formulação do presente estudo de caso. Dentre estas alternativas, podemos destacar: o uso da história oral, a análise de material jornalístico, e ainda análise de material fotográfico.

Com a utilização da história oral, tornou-se possível reunir informações que não estão presentes no material impresso disponível, mas sim na história vivida por pessoas que testemunharam fatos passados. Estes testemunhos somam no processo de reconstrução da história, tornando possível, então, relatar como vem ocorrendo a destruição no balneário e o impacto da mesma na vida dos moradores e veranistas.

A importância e a trajetória da utilização da História Oral são abordadas de uma forma bastante clara por Queiroz (1987). Segundo a autora, já no século XX, até o início dos anos 50, a História Oral fora utilizada por sociólogos e antropólogos. Estes encaravam a História Oral e principalmente a História Oral de Vida² como um instrumento fundamental de suas disciplinas. Para eles, o relato se apresentava como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não-conservado, ou o que desapareceria caso não fosse anotado. Assim sendo, esta servia para captar o não-explicito ou até mesmo o “indizível” (no sentido de algo que nunca foi revelado, inserido na experiência de cada um).

No entanto, com o grande desenvolvimento das técnicas estatísticas, no final da década de 40, os relatos orais e a História Oral de Vida foram relegados a segundo plano, por parecerem demasiadamente ligados às influências da psique individual. Aos poucos se percebeu, entretanto, que os valores e emoções permaneciam escondidos nos próprios dados estatísticos, por estarem as definições das finalidades da pesquisa e a formulação das perguntas profundamente ligadas à maneira de pensar e sentir do pesquisador.

Renasce, então, o “relato” com a nova denominação de “História Oral”, esta empregada por cientistas sociais com muito sucesso, encarada como técnica por excelência e até mesmo a única válida para contrapor as técnicas quantitativas. O desenvolvimento tecnológico, chamando especial atenção para a invenção do gravador, colocou à disposição do cientista social novos meios de captar o real.

Queiroz lembra ainda que, através dos séculos, o relato real constituía sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber, acrescentando:

² História Oral que narra a vivência de um indivíduo, contextualmente, ou seja, a vivência do indivíduo inserido em um determinado meio social.

O relato oral, está pois, na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. Desenho e escrita a sucederam [...] (p. 273).

De acordo com Meihy (2000), a História Oral pode ser assumida isoladamente como método, baseando-se na análise de narrativas para a observação de aspectos não revelados pela objetividade dos documentos escritos. Acrescenta, ainda, que a História Oral começou a ganhar espaço quando se mostrou como recurso capaz de ser considerado “uma outra história”, uma “contra-história”, ou ainda uma “história vista de baixo”.

Desta forma, investigando o passado, temos a chance de melhor compreender o desenvolvimento do processo até os dias atuais. Para este trabalho os depoimentos individuais são imprescindíveis para se decifrar a realidade dos fatos ocorridos, pois cada pessoa reage aos fatos de uma forma própria. Esta seria uma maneira de não uniformizar os reflexos dos acontecimentos sobre os indivíduos, como se faz na maioria dos casos, onde as conclusões são tiradas com base em pontos comuns.

Segundo Lozano (1996), a história interessou-se pela oralidade na medida que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas. Este autor vê a consideração do âmbito subjetivo da experiência humana como a parte central do trabalho desse método de pesquisa histórica.

Com este ponto de vista concorda Becker (1996). Para ele, a História Oral pode dar palavras aos esquecidos pela história e ser útil para preencher lacunas da história e compensar a falta de documentação. No entanto, chama atenção para o risco de se preencher essas lacunas de modo falso.

Meihy (2000) apresenta ainda três modalidades da História Oral que são: a história oral de vida, a tradição oral e a história oral temática. A primeira trata de um retrato oficial do depoente; nesta modalidade, o alvo não é a busca pela verdade, e sim a versão sobre a moral existencial do indivíduo. A segunda modalidade tem como objetivo a reconstrução de grupos ágrafos, ou sem história escrita. A terceira e última modalidade, a história oral temática, tem como característica principal a articulação do diálogo com outros documentos.

No caso do presente trabalho, aplicar-se-á a história oral temática como uma técnica. Neste tipo de história oral a atuação do entrevistador é muito explícita, valendo-se do produto da entrevista como se fosse mais um outro documento. Neste caso, o questionário torna-se fundamental para a obtenção de dados que sejam realmente relevantes para a pesquisa.

Finalizando, Rouso (1996) acrescenta: “A memória é incontestavelmente da atualidade”. Cita, ainda, que a mesma já se constitui uma nova maneira de fazer história. No sentido básico do termo, a memória seria a presença do passado.

A memória, para prolongar essa definição lapidar, é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto toda memória é por definição, coletiva [...] (p.94).

Neste estudo, a memória funciona como um instrumento de tentativa de visualizar o passado de uma população que, unido ao presente, permitirá a reconstrução de uma história não relatada anteriormente em caráter documental.

Quanto ao material jornalístico, o mesmo foi utilizado neste trabalho como fonte, de onde foram extraídas informações que, por intermédio do registro de datas, possibilitaram o mapeamento cronológico dos acontecimentos.

O material jornalístico se traduz na reprodução de uma espécie de consenso dos cidadãos, descrevendo os acontecimentos. Ao mesmo tempo, ele cria uma maneira própria de narrar os fatos, sugerindo ou apontando para uma conclusão.

O jornal é eficaz [...] porque trabalha com e cria consensos, opera com dados num primeiro momento explícitos, e que na prática diária de repetições e reiteraões tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis [...] (SCHWARCZ, 1987 apud FARIAS, 1997).

Desta forma, através das pesquisas com jornal, foi feita uma reconstrução do processo de destruição que vem acometendo o Balneário de Atafona. Ao mesmo tempo, pôde ser traçado um perfil das ações do poder público. Assim foram resgatados dados que não constam em outros documentos.

O jornal escolhido como principal, ou seja, o eixo da investigação, foi o *Monitor Campista* (Campos dos Goytacazes-RJ.). A pesquisa a este jornal foi

efetuada seguindo períodos específicos. O início da análise compreendeu exemplares do ano de 1970, de acordo com suposições baseadas nas entrevistas feitas a respeito da época de início da destruição. Daí por diante, a investigação foi norteada pelas próprias notícias encontradas. Foram então examinados os exemplares de 1975 a 1978 e também 1990. A escolha dos períodos analisados é explicada mais detalhadamente no terceiro capítulo.

Além das reportagens extraídas do *Monitor Campista* foram ainda utilizadas matérias de outros jornais de Campos dos Goytacazes como *A Notícia* e a *Folha da Manhã*; e também do Rio de Janeiro como *O Globo* e o *Jornal do Brasil*. Estas, porém, foram selecionadas segundo o critério de relevância das notícias, sem uma periodicidade pré-estabelecida. A utilização mesmo que aleatória destas matérias, veio, entretanto, complementar e confirmar os dados obtidos na pesquisa com o *Monitor Campista*.

Completando a análise, o uso de material fotográfico permitirá, com o máximo de veracidade, a observação do desenvolvimento do processo de destruição, uma vez que as fotografias revelam a situação em épocas distintas.

Segundo Mauad (1996), a fotografia, no decorrer de sua história, foi marcada por polêmicas com relação a seus usos e funções, chegando a ser considerada (no século XIX) como prova infalsificável.

Reproduzindo o pensamento do historiador francês Jacques Le Goff, Mauad afirma que a fotografia há de ser considerada simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento.

No primeiro caso, a fotografia é considerada como índice e como marca de uma materialidade passada, na qual os objetos, as pessoas e os lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado. No segundo caso, a

fotografia é considerada como símbolo, algo que, no passado, foi estabelecido pela sociedade como aquela imagem a ser perenizada para o futuro.

Mauad afirma, ainda, que, para que a fotografia possa ser utilizada como fonte histórica, ultrapassando o aspecto ilustrativo, deve compor uma série extensa e homogênea de forma a dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolher analisar. Completando o raciocínio, comenta que a fotografia permite a presentificação do passado como uma mensagem que se processa através do tempo. No entanto, Mauad alerta que, para que se possa analisar uma fotografia, é preciso saber olhar através da imagem e comenta:

Da mesma forma que seus antigos donos, o historiador entra em contato com este presente/passado e o investe de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática a ser estudada. Aí reside a competência daquele que analisa imagens do passado: no problema proposto e na construção do objeto de estudo. A imagem não fala por si só; é necessário que as perguntas sejam feitas. (MAUAD, 1996. p.90)

É imprescindível indicar que somente com a incorporação destes métodos e técnicas foi possível reunir o conjunto de informações que permitiram elaborar esta pesquisa. Mais adiante poderá ser visto como cada um deles se encaixou de modo exato aos objetivos.

Nosso estudo de caso apresenta-se em quatro capítulos e se encerra com as considerações finais. O primeiro capítulo tem como finalidade localizar o objeto central do presente estudo, o Balneário de Atafona, não apenas no aspecto físico, mas também no contexto funcional em relação à região que integra. Além da história

da ocupação do balneário, são também apresentadas suas características e o aspecto econômico. Neste capítulo, as informações foram obtidas mediante revisão bibliográfica, explorando ao máximo os poucos exemplares que versam sobre este assunto.

Planejamento urbano nem sempre foi privilégio exclusivo de grandes centros urbanos. Como prova disso, o segundo capítulo destina-se exatamente a relatar as ações referentes a planejamento, desenvolvidas para o Balneário de Atafona. Em vista da escassez quase que total de documentação, que ateste a existência de projetos urbanísticos, a história oral foi fundamental para a coleta de dados. Preciosas informações foram obtidas por intermédio de testemunhos.

O capítulo III é todo voltado para o processo de destruição. Buscou-se, nesta parte do trabalho, apresentar como se deu o processo de destruição, indicando o início, os momentos mais críticos e os momentos de “trégua”.

Para que fosse possível a elaboração de tal histórico, a análise de material jornalístico foi adotada como a metodologia mais adequada. Esta permitiu, por intermédio de observação de matérias em ordem cronológica, traçar um perfil do comportamento da destruição e também o perfil dos personagens envolvidos no processo. Por intermédio das matérias jornalísticas pode-se observar a ocorrência dos assuntos abordados e, através dela, a importância do tema para o público.

Ainda no terceiro capítulo, foram utilizados recursos gráficos e fotográficos. Mediante análise de plantas cadastrais da localidade, foi possível arriscar um levantamento quantitativo da destruição. Através da comparação de fotografias de épocas distintas, foi demonstrada a porção territorial atingida pela erosão marinha de alguns anos para cá.

O quarto e último capítulo objetiva fazer um balanço dos prejuízos causados pela destruição, com base na análise dos reflexos da mesma sobre a população. Para tal, foram entrevistados moradores e veranistas. Mais uma vez a história oral

funcionou como ferramenta principal; a partir das entrevistas pudemos captar, da forma mais real possível, a situação das famílias diante da perda de seus imóveis e reconstituir as alternativas apresentadas a elas, ou seja, os conjuntos habitacionais – outra parte da história que se encontrava pouco explorada.

Em caráter de conclusão, as considerações finais vêm completar a análise, apresentando as ações desempenhadas pelo poder público, em especial pela Prefeitura Municipal de São João da Barra, através de suas secretarias, e também pela sociedade civil organizada. Também nesta etapa, houve necessidade de recorrer a entrevistas, além da documentação disponível.

Ao serem apresentados o foco, os objetivos e a estrutura deste estudo de caso, fica constatado que abundantes são as justificativas para se elaborar uma pesquisa sobre o Balneário de Atafona. Há de se ressaltar, entretanto, que para a autora deste trabalho narrar a história de Atafona significa, antes de tudo, resgatar também um pouco de sua própria história, por se tratar esta de uma personagem inserida no contexto, desde os tempos de sua infância, na condição de veranista. Neste sentido, o que se almeja é poder contribuir, de alguma forma, para que o balneário não seja destruído por completo, levando além de construções, histórias de vida.

1 ATAFONA: LOCALIZAÇÃO, FORMAÇÃO DA MALHA URBANA E ASPECTOS GERAIS.

1.1 LOCALIZAÇÃO

O Balneário de Atafona é, sem dúvida, um dos mais belos trechos que compõem o litoral do município de São João da Barra - RJ. Geograficamente, fica a leste do litoral atlântico e na foz do rio Paraíba do Sul (margem direita), o qual, desaguando abundantemente, forma duas ilhas: Convivência e Lima.

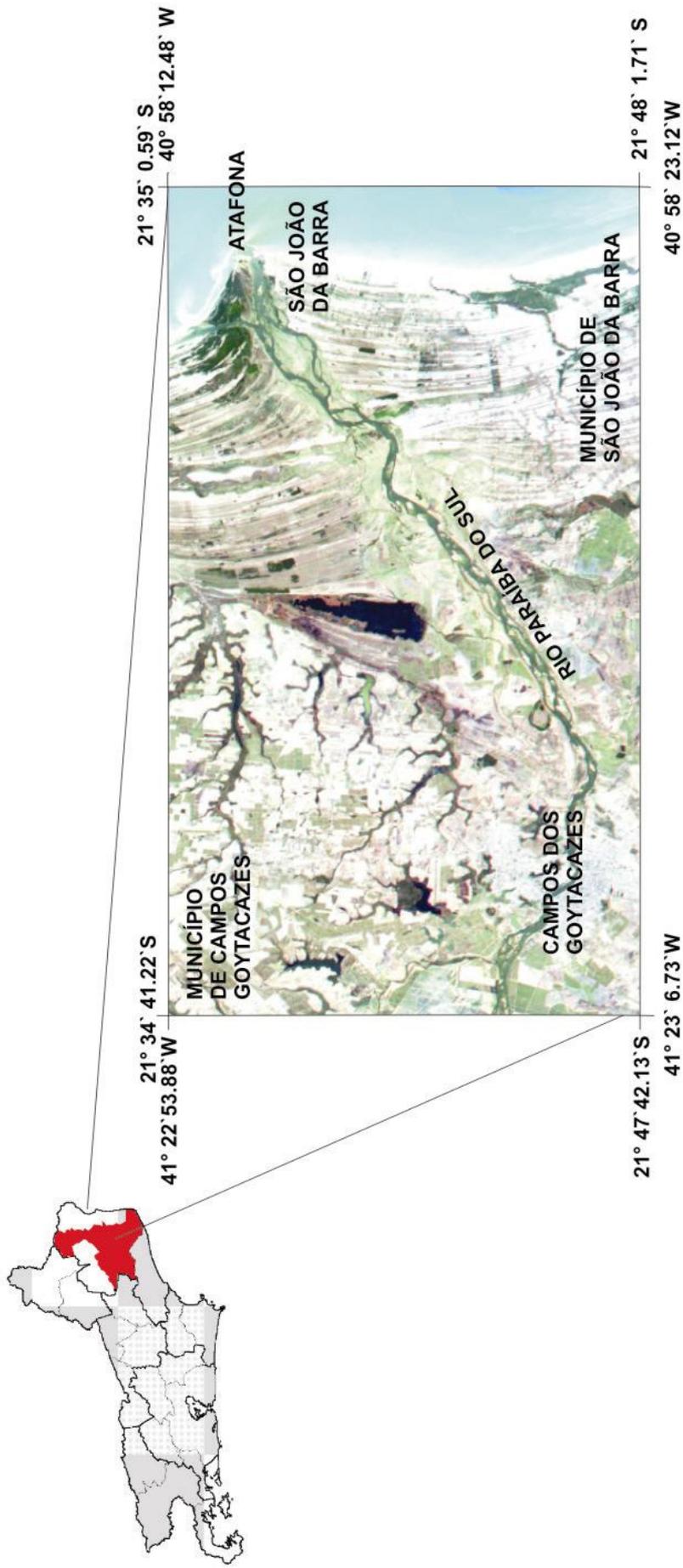
O município de São João da Barra, localizado no extremo Norte-Fluminense, apresentava como limites (antes de 1996) os seguintes pontos: ao norte, o Estado do Espírito Santo; a leste, o Oceano Atlântico, e ao sul e oeste, o município de Campos. A área que compunha o município era dividida ao meio pelo rio Paraíba do Sul, que ali desemboca em forma de delta. Seis eram os distritos que compunham o município: Sede, Barra Seca, Itabapoana, Maniva, Pipeiras e Barcelos.

A partir de 1996, houve emancipação dos distritos de Barra Seca, Itabapoana e Maniva, de modo que estes, que se localizavam à margem esquerda do rio

Paraíba do Sul, passaram a fazer parte do município de São Francisco de Itabapoana.

Hoje, o município de São João da Barra conta com uma área de unidade territorial equivalente a 460.645 Km² e uma população de aproximadamente 27.503 habitantes, dos quais 19.829 ocupam a área urbana e 7.674, a área rural (IBGE, Censo 2000).

LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO ATAFONA / SÃO JOÃO DA BARRA / RJ



FONTE: TECNORTE 2004

Com trinta e dois quilômetros de litoral, o município de São João da Barra conta hoje com cinco belas praias que se destacam no turismo do Norte-Fluminense. São elas: Açu, Iquipari, Grussaí, Chapéu-de-Sol e Atafona.

O perfil do Balneário vem, no entanto, sofrendo alterações nas últimas décadas. Anteriormente, excluindo-se os meses de janeiro e fevereiro, Atafona se via praticamente vazia, resumindo-se a população a poucos moradores (na maioria pescadores e proprietários de casa comerciais). Fora da temporada de verão, até as mercearias e vendas ofereciam pouca variedade de produtos, fazendo com que as pessoas se deslocassem até São João da Barra ou Campos, caso demandassem produtos mais sofisticados ou específicos. Hoje, diversas famílias freqüentam o balneário fora das temporadas de veraneio, indo passar lá os finais de semana. No entanto, a ameaça da destruição ronda o lugar. Aos poucos o cenário vai adquirindo um aspecto de abandono.

1.2 SÃO JOÃO DA BARRA: DA COLONIZAÇÃO AO SÉCULO XX.

A ocupação pode ser entendida facilmente baseando-se no modelo de ocupação de demais áreas da costa brasileira (cf. MORAES, 1999).

A exemplo de áreas americanas, aonde o explorador chegou inicialmente nas novas terras por via marítima, os fluxos de colonização do novo mundo partiram também de centros de difusão assentados na costa. Estes centros articulavam a hinterlândia explorada (neste caso, áreas que compunham o entorno da atividade portuária) com as rotas oceânicas que alavancavam tal exportação. É denominado como bacia de drenagem esse padrão corrente de conformação territorial, onde é reproduzido um desenho na estrutura da rede de circulação no qual todos os

caminhos demandam um eixo principal. Este eixo finaliza o seu percurso num porto marítimo (geralmente situado numa baía ou num estuário).

A formação territorial do Brasil é típica na reiteração deste padrão colonial. Os primeiros assentamentos lusitanos, em terras brasileiras, localizaram-se, com raríssimas exceções, na zona costeira.

Ocorria uma ocupação pontual, em que cada porto polarizava uma porção de espaço na hinterlândia. A grandeza de cada um estava diretamente condicionada à extensão e produtividade desse espaço polarizado.

Os pontos que serviam aos circuitos de produção mais importantes acabam por gerar zonas de adensamento em seus entornos, originando as primeiras redes de cidades, embriões de sistemas regionais posteriores. Tais cidades localizavam-se geralmente nos entroncamentos dos caminhos servindo a uma função de entrepostos intermediários drenados pelo porto principal. Tais caminhos, orientados geralmente no sentido leste-oeste, eram constituídos por rios e trilhas, o que explica bastante a eleição de sítios estuarinos para suas localizações [...] (MORAES, 1999, p.32).

A ocupação da área pertinente ao nosso estudo de caso não se dá de forma diferente. Em 20 de março de 1674, o regente de Portugal premia o Governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides (em reconhecimento a serviços prestados ao reino), doando a Capitania de Paraíba do Sul (ou Capitania de São Tomé) aos seus filhos Martim Correia de Sá (1º Visconde d'Asseca) e João Correia de Sá (o chamado General Estreito), sob condição de serem erguidas pelos novos donatários duas vilas.

Desta forma, autoridades do Poder Judiciário de Cabo Frio (comarca à qual a capitania se encontrava subordinada) instituíram, em 29 de maio de 1677, a Vila de São Salvador de Campos dos Goytacazes e, logo depois, em 06 de julho de 1677, a Vila de São João da Praia (a qual mais tarde passaria a se chamar Vila de São João da Barra).

Fica clara, assim, a relação do município de São João da Barra com o município de Campos dos Goytacazes, desde sua fundação: as “Vilas Irmãs” foram erguidas sob os mesmos ideais, em um mesmo momento histórico.

No entanto, revoltados com os maus tratos por parte dos Assecas³, os moradores das duas vilas suplicaram à coroa por providências. Vem, desta forma, o Rei de Portugal D. José I determinar por alvará, em 1º de junho de 1753, a compra da conturbada Capitania dos Assecas, incorporando a mesma à Capitania do Espírito Santo, designando o desembargador Francisco Salles Ribeiro como responsável pela administração desta. Durou 79 anos o domínio capixaba sobre o território sanjoanense (até por volta de 1832).

O incremento da produção açucareira (a partir de 1725) nos engenhos de Campos, São João da Barra e no Norte-Fluminense, em geral, acarretou transformações no transporte fluvial. O ciclo da construção naval no Norte-Fluminense teve início propriamente dito em 1740. Desta época em diante, durante um período equivalente a um século e meio, o interesse dos sanjoanenses pela construção naval não mais parou.

Assentava-se pois, em regra geral, todo o sistema rural sanjoanense na monocultura do açúcar e na pecuária, no

³ Assim foram denominados os donatários das duas vilas, filhos do Governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides.

braço do negro escravo e no latifúndio, e se fazia o escoamento da produção pelo meio natural de que todos dispunham: o rio Paraíba do Sul, cuja Barra, depois de 1830, passou a oferecer melhores condições de navegabilidade [...] (Oscar, 1977).

Por força da necessidade, houve o desenvolvimento do porto sanjoanense e, em 1847, a criação do Ministério da Marinha e da Delegacia da Capitania do Porto da Corte de São João da Barra.

Em 17 de junho de 1850, a lei nº 534 do Governo Provincial do Rio de Janeiro eleva a Vila de São João da Barra à categoria de cidade.

Em 1852, por iniciativa do inglês Alexandre Davidson, introduziu-se a navegação a vapor no rio Paraíba. O açúcar produzido pelos engenhos de Campos e São João da Barra seguia em caixas de madeira, partindo do porto de São João da Barra com destino à Europa. Neste sentido, a atividade econômica vem fortalecer a ligação entre as “vilas irmãs”.

O ramo da construção naval alcançou tal vulto que, entre 1870 e 1890, São João da Barra possuía seis estaleiros de construção naval. Muitas das barcas de cantaria, que por muitos anos fizeram o trajeto Rio-Niterói, foram construídas nos estaleiros de São João da Barra. (**Jornal do Brasil**, 28 de abril de 1974).

Tudo girava em torno da atividade portuária, tendo prosperado em consequência disto o comércio de gêneros alimentícios e armarinhos, além do ramo de hospedarias.

No final do século XIX, os interesses dos homens de recursos de São João da Barra convergiam para o propósito de criação da “Companhia de Navegação de São João da Barra e Campos”, que se deu por volta de 1878. As boas condições de

navegabilidade se estenderam até as primeiras décadas do século XX, desempenhando importante papel no intercâmbio comercial que a velha província fluminense fazia com demais regiões litorâneas brasileiras.

Houve, no entanto, no que diz respeito ao rio Paraíba, modificações no panorama favorável ao meio fluvial. Estas foram acarretadas pelos seguintes fatores: o advento das ferrovias; o advento das rodovias (fins do século XIX); o desnível das águas do rio, em função de desvios de sua corrente para atender às necessidades energéticas; o desmatamento irracional das cabeceiras das fontes primárias de seus afluentes e a poluição.

No início do século XX, com a diminuição do movimento portuário, alguns estaleiros deixaram de existir. Por volta de 1910, a navegação encontrava-se em pleno declínio, tendo a explosão da crise da navegação ocorrido em 1919.

Neste momento, o município de São João da Barra deixa, então, de ser escoadouro de produtos primários da região, ficando praticamente reduzido à Fábrica de Conhaque de Alcatrão⁴ que lhe leva o nome, à fábrica de farinha Tipity⁵ e à Usina de Barcelos, a meio caminho de Campos.

Por volta de 1960, novas perspectivas se abrem. À procura do caminho do progresso, São João da Barra ruma em direção à obtenção de recursos advindos do turismo nas praias do município. Tão significativo foi o desenvolvimento que, na década de 70, lá existiam a sede da Capitania dos Portos da região, uma agência da União dos Bancos Brasileiros, duas cooperativas de pescadores, duas cooperativas de produção agrícola, uma cooperativa de eletrificação rural, seis agências e postos

⁴ Em 1910, nasceram as indústrias de bebidas Joaquim Thomas de Aquino Filho, a empresa que representou a redenção da economia da cidade de São João da Barra. O desenvolvimento da indústria se deu devido à produção do conhaque de alcatrão.

⁵ No período entre 1936 e 1937, foi montada no interior do município de São João da Barra, uma fábrica de farinha denominada "Tipity" Ind. Mandioca Ltda (com sede em Barra do Itabapoana) pelo austríaco Barão Ludwig Von Fummer. A farinha, naquele período, era conhecida como a de melhor qualidade e distribuída pelos melhores armazéns e supermercados do país.

da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, serviço de rádio na Delegacia de Polícia, três postos telefônicos, dois cinemas, três escolas de ensino médio e 88 unidades de ensino primário comum. (cf. OSCAR, 1977).

1.3 O BALNEÁRIO DE ATAFONA.

O Balneário de Atafona teve seu primeiro povoado depois que Gil de Góis fez renúncia de seus direitos à Coroa Portuguesa (1619), período em que a Capitania de Paraíba do Sul ou São Tomé encontrou-se praticamente abandonada.

Um grupo de pescadores liderado por Lourenço do Espírito Santo instalou-se no local em 1622. Consta que Lourenço construiu ali sua choupana de palha e junto à mesma assentou uma “atafona”⁶, a qual acabou por dar nome ao local (cf. LAMEGO, 1942).

Oito anos depois (1630), morre afogada nas águas do rio Paraíba a esposa do pescador Lourenço. Este, desolado, decide então deixar o local, construindo uma rústica residência a três quilômetros da barra e, junto à mesma, uma pequena capela sob a invocação de São João Batista. O local escolhido coincide com o que abriga hoje a matriz de São João Batista, na praça principal da cidade de São João da Barra.

Por ser uma área muito próxima à cidade de São João da Barra, o Balneário de Atafona, nas primeiras décadas do século XX, oferecia, além de lazer, hospedagem (pensões), um hotel/cassino e bordéis, comuns em arredores de áreas

⁶ “Atafona é uma palavra de origem árabe.“Significa moinho manual ou movido por animais, mó, pedra de moer. Os dicionários registram o vocábulo, dando a sua grafia original: At – tahuna, que, por processos léxicos de abrandamento e fusão, deram finalmente a palavra Atafona...”(A **Notícia**- Campos – RJ.- 2 de março de 1969: Atafona : Moinho de Saúde”).

portuárias – lembre-se de que naquele momento São João da Barra desempenhava o papel de porto escoador. O *Hotel Cassino Balneário Atafona*, por exemplo, funcionou a pleno vapor até 1946, quando, em ato oficial, o então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra determinou o fechamento das casas de jogos do país.

Em meados do século XX, o balneário começa a mudar seu panorama, passando a se destacar como local de turismo.

A praia de Atafona teve dois hotéis e quatro pensões até os anos 60, quando houve uma corrida desenfreada de banhistas para o litoral de São João da Barra [...] Ponto de encontro de grandes gastadores, os bares do Pontal viveram nos anos 70, repletos de personalidades de diversos segmentos [...] A trilogia – jogatina, bebedeira e prostituição -, não poderiam faltar nas áreas portuárias que se prezassem, muito menos em Atafona, que na crista da onda rendeu um bom dinheiro para dois cafetões de luxo [...] (NORONHA, 2003, p.65, 67,71).

No século XX Atafona, então, passa de uma localidade de apoio à área portuária de São João da Barra para se transformar em pólo turístico, atendendo não só à população da cidade de São João da Barra, mas também a veranistas (na sua maioria de Campos dos Goytacazes), e também turistas de cidades e estados diversos que vêm até hoje para o balneário em busca da tranquilidade, beleza e rusticidade que o local oferece.

O desenvolvimento turístico da localidade tem, no entanto, sido prejudicado pelo processo de destruição (oriundo de erosão marinha) que vem acometendo a localidade desde os meados da década de 70. Percebe-se claramente o receio dos veranistas em investir nos imóveis já existentes (reformas e acréscimos), principalmente os próximos à beira-mar. Ainda não existe um estudo definitivo que possa, pelo menos, esboçar até onde o mar pretende avançar.

Atafona, que sempre teve fama de acomodar a “elite” campista nas temporadas de veraneio, vem aos poucos perdendo seu *glamour*. Esta perda pode ser atribuída a dois fatos: em primeiro lugar, alguns membros da sociedade campista que perderam seus imóveis com a destruição não pretendem mais investir no balneário; em segundo lugar; aparecem as gerações mais novas, indo em busca de “agito” e “badalação”, preferindo locais de veraneio que oferecem mais opções de lazer, esporte e, principalmente, vida noturna, como, por exemplo, Farol de São Tomé, Cabo Frio, Guarapari e Búzios⁷.

No entanto, a grande proximidade da praia de Atafona com as cidades de São João da Barra e Campos ainda funciona como atrativo, pois permite que as pessoas, principalmente jovens, se desloquem para lá apenas para passar o dia, sem grandes despesas. Mesmo diante do atual aspecto de destruição e abandono, muitas pessoas não abrem mão de uma temporada de verão em Atafona. A paixão pelo local parece estar enraizada no coração das pessoas, principalmente as mais idosas, que não se furtam a relembrar momentos felizes lá vividos.

A praia de Atafona recebe ainda mais turistas por ocasião das festas carnavalescas. Muitos vão para descansar, uma vez que a localidade em si não possui carnaval de rua. O Atafona Praia Clube, que por volta de 1980 fazia muito sucesso, oferecendo três matinês e quatro bailes noturnos na semana do carnaval, está praticamente esquecido.

⁷ Informações obtidas mediante entrevistas a veranistas.

Todavia, os veranistas de Atafona e Grussaí, deslocando-se apenas alguns quilômetros, contam com o famoso Carnaval de Rua de São João da Barra, que cada vez mais vem se aprimorando, espelhando-se nos grandes centros, oferecendo belos desfiles onde se apresentam em destaque os blocos: Congos, Chinês e Chatuba.

A modificação do cenário do Balneário de Atafona vem ocorrendo de forma assustadora. O processo de destruição que, por um lado, expõe o poder e a ação da natureza, proporciona paisagens belíssimas (chegando até a atrair turistas e curiosos para apreciar o processo), por outro lado mostra o patrimônio e a herança cultural sendo desfeitos, parte por parte, como uma doença a consumir pouco a pouco os membros de um corpo.

Atafona se destaca devido à existência do Pontal⁸, que se constitui o ponto mais atraente da praia e esbanja exuberância, proporcionando a visão do encontro do rio Paraíba com o mar, em constante batalha por disputa de forças. A ilha de Convivência, ao fundo, compõe a irretocável paisagem avistada do Pontal.

Além da beleza, a ilha de Convivência se faz marcante pela caracterização física de seus habitantes. Estes são louros e de olhos claros. O restrito povoado segue a tradição local, onde primos “casam-se” com primos, mantendo as características através dos anos. Estas características são justificadas pela lenda que diz que os primeiros habitantes da ilha seriam holandeses oriundos de um navio ali encalhado (Diva Goulart, entrevista em 9/11/2003)⁹.

⁸ Neste estudo de caso, chamamos de Pontal a ponta de terra compreendida entre a confluência do rio Paraíba do Sul com o mar de Atafona.

⁹ Diva Maria Goulart é professora universitária na área de Comunicação Social da Faculdade de Filosofia de Campos- RJ; e compõe também o quadro de veranistas que tiveram suas casas tomadas pelo mar.

Pesquisadores afirmam, entretanto, que o navio holandês “Uranus”, naufragou a 5 quilômetros da praia, hoje Iquipari. O “Jornal do Comércio”, do Rio de Janeiro publicou o naufrágio em 1896. Os seus ocupantes, de olhos azuis ou verdes e de cabelos loiros, teriam se ajuntado aos moradores de Convivência, constituindo grandes famílias que passaram a sobreviver da atividade pesqueira [...] (NORONHA, 2003, p.12).

Outro hábito notável da ilha é a não existência de casamento no que diz respeito ao aspecto legal. O costume local estabelece como normalidade o ato do “noivo” roubar a “noiva” de sua família quando for do agrado ou interesse de ambos. (Diva Goulart, entrevista citada).

1.4 A PRAIA COMO ATRAÇÃO.

Percorrendo a literatura existente, encontramos notícias de que a praia, de modo geral, já foi entendida em uma determinada época como local ideal para tratamento de determinadas enfermidades. Farias (2000), em estudo que aborda a praia carioca desde a colônia aos anos noventa (século XX), afirma que, no tempo da conquista e da colônia, o litoral era visto como local de luta, mercado e cemitério, já que a praia era local de depósito de corpos de escravos mortos. Na Europa, indicando uma mudança no hábito, a praia foi efetivamente ocupada por banhistas apenas no século XVIII, mas exclusivamente para fins terapêuticos.

Mais adiante, a tendência européia chega ao Brasil. Registros de seu uso são relacionados à saúde e ao tratamento terapêutico. Assim, D. João VI (influenciado pelo panorama geral europeu) instala uma construção na praia do Caju (Rio de Janeiro), em 1817, para tratar de uma doença de pele, acreditando, portanto, nos benefícios curativos da água salgada. A partir, então, da chegada da Família Real ao Brasil, se estabelece a passagem gradativa da praia como depósito de excrementos e locus de trabalho, para balneário médico. Nesta direção, já no início do século XX, a praia de Copacabana (Rio de Janeiro) era usada como local de cura para o beribéri.

No caso do Balneário de Atafona, além da beleza, a praia apresenta características que fizeram com que a mesma fosse apontada como um referencial no tratamento (por meio natural) de algumas enfermidades. Essas características já foram alvo de muitas reportagens, como a que segue: “... por essa leveza do ar, pelo teor de oxigênio livre, os asmáticos, os enfizematosos voltam a respirar folgadoamente, passando da angústia respiratória, ao lirismo de << quando o nordeste sopra>> [sic]... (cf. Diva Goulart – **A Notícia** – Campos- RJ - 02/03/69: “Atafona- Moinho de Saúde”).

Em 1958, o *Reader's Digest* publicou uma seleção de estudos sobre a radioatividade, feita por cientistas americanos, alguns dos quais, integrantes de uma comissão mista de médicos americanos e brasileiros, que, em 1943, estiveram em Atafona colhendo amostras de areias do Pontal e testando a salubridade da região. E a conclusão, publicada originalmente numa revista argentina, apontou essa praia como uma das três de maior índice de radioatividade do mundo. Das outras indicadas, uma era na Índia, outra no Canadá, locais onde a monazite também é nativa. (cf. Diva Goulart – **A Notícia** – Campos - RJ - 02/03/69: “Atafona - Moinho de Saúde”).

Monazite, mineral encontrado nas areias amarelas dos rios, forma-se em bancos na origem dos rios [...] O Pontal de Atafona é quase todo constituído dessa areia preta [...] De uma maneira ou doutra, formam incalculável riqueza de saúde para Atafona propiciando curas espetaculares no capítulo dos reumatismos, das nevrites e das paralisias. Com condições de salubridade tão excelentes, o corolário da longevidade é a conclusão lógica. Morre-se de velho em Atafona por isso. O termo médio é 80 anos [...] (**A Notícia** – Campos - RJ - 02/03/69: “Atafona - Moinho de Saúde”).

Tem-se notícia de que, por época de um surto de beribéri em Campos (por volta de 1922 a 1930), os doentes eram levados a Atafona e carregados em carroças até a praia para banhos de mar. Nos primeiros banhos, os doentes eram carregados; depois, lá pelo 5º ou 6º banho, já recuperavam os movimentos, voltando a andar, apresentando fantástica melhora. (Diva Goulart, entrevista em 09/11/03).

Por volta de 40, quando já tinha explodido a Segunda Guerra Mundial (38/45), o Presidente Getúlio Vargas autorizou a instalação no mesmo trapiche, de um hospital naval para tratamento de oficiais que contraíram o beribéri [...] a praia passa a ganhar fama nacional a partir daí. Indicada para o tratamento de diversas doenças, Atafona é colocada no ranking mundial, por seu clima medicinal, devido a

radioatividade de suas areias, com extensos lençóis monazíticos e alto teor de iodo no mar, de acordo com o Banco de Dados Tropical (BDT), da Fundação André Tosello – Pesquisa e Tecnologia, sediada em Campinas, São Paulo [...] (NORONHA, 2003, p.114).

Inicialmente muito freqüentada por pessoas em busca de saúde, Atafona passa a apresentar, por volta da década de 40 e outras seguintes, o “point” de veraneio da sociedade campista.

Segundo Diva Goulart, antes mesmo do advento do transporte ferroviário, os veranistas iam para Atafona passar o verão, levando suas mobílias e bagagens em “pranchas” (espécie de canoa usada na época).

O ramal ferroviário correspondente à estrada de ferro Leopoldina Railway, inaugurado em 1896, funcionou até 1961. Desta forma, o “chique” das tardes de verão, principalmente por parte das mulheres, era esperar a chegada do trem, que vinha trazendo namorados, noivos, maridos, além de mercadorias, correspondências e as novidades a respeito dos últimos acontecimentos de Campos.

O advento da rodovia veio para decretar o fim deste ramal ferroviário. A BR – 356, que liga Campos a São João da Barra (rasgada em 1939) foi asfaltada em 1962, facilitando bastante o acesso¹⁰.

O interesse pela localidade de Atafona, por parte de veranistas e turistas de outras cidades, se confirma mediante a já citada existência (no início do século XX)

¹⁰ Segundo Oscar (1977), dentre os atos normativos sobre terrenos do município de São João da Barra, destaca-se a doação de área por parte dos senhores José Bento Ferreira e Joaquim de Almeida (proprietários de fazendas localizadas entre a cidade de São João da Barra e a praia de Atafona) à Câmara Municipal em 14 de janeiro de 1889, para abertura do caminho para a ligação das duas localidades.

de pensões como a pensão Ivan e a pensão Andréa e Adriana, além do Hotel Cassino, que proporcionava grande divertimento atraindo visitantes principalmente do município vizinho (Campos).

1.4.1 O ASPECTO ECONÔMICO.

No Balneário de Atafona, ainda é a pesca a principal atividade que mantém a população residente. Fala-se ainda porque desde os anos 70 essa atividade predominava; Atafona nessa época já tinha três frigoríficos, que conservavam toneladas de peixe resultantes de um montante de aproximadamente 150 barcos que atuavam na região. A produção estocada nestes frigoríficos era remetida para grandes centros, principalmente Niterói e Guanabara. A pesca de camarão, em especial, se destacava.

Uma nova vida criou-se na comunidade, uma vez assegurada a manutenção dos pescadores e suas famílias. A criação das cooperativas dividiu a vida econômica de Atafona em dois estágios, antes e depois delas (cf. Aluisio Cardoso Barbosa – **A Notícia** – 09/12/1973 – ano 58 – nº 282- 2º caderno).

Representando 40% da economia de São João da Barra, a pesca é considerada uma das principais fontes de renda do município, depois do petróleo, turismo e um tímido comércio de vestuário e alimentação.

O seu litoral tem 32 quilômetros de extensão, e a maior produção sai de Atafona, hoje com cerca de 450 embarcações e 2mil 600 pescadores [...]

A maior produção da história foi atingida em 98, com mais de 300 toneladas de pescado, em apenas um mês [...] (NORONHA, 2003, p.108).

Em entrevista ao presidente da Colônia de Pescadores de Atafona, William da Silva Pereira (realizada em 09/03/2004), dados atuais puderam ser obtidos sobre a situação da atividade pesqueira na localidade.

Segundo o entrevistado, a Colônia existe desde 1934, tendo nascido da união de um grupo de pescadores com a Capitania dos Portos (Marinha). A Colônia funcionou até mais ou menos 1991, tendo daí para frente ficado abandonada por quase dez anos. Em 2001, o próprio presidente, com ajuda dos pescadores, reergueu a Colônia, conseguindo de volta (mediante acordo) o prédio onde funcionava a sede, que estava em vias de ser perdido para uma ex-funcionária que havia colocado o antigo presidente na justiça, reivindicando direitos trabalhistas.

Finalmente, em 2002, conseguiu-se uma parceria com a Prefeitura Municipal. Mediante tal parceria, foi possível a demolição da antiga sede e a construção da atual.

A interferência do poder público neste processo atesta a relativa fragilidade, ou, pode-se assim dizer, a pouca solidez da entidade de classe que busca representar e trazer benefícios para os profissionais engajados na atividade pesqueira. Não fosse tal auxílio, por certo a colônia já teria sido extinta.

Atualmente, a Colônia trabalha junto aos associados trazendo benefícios como: auxílio doença, recebimento de salário por ocasião do defeso do camarão¹¹, aposentadoria por tempo de pesca (61 anos), além de cursos para carteira de pesca e registro de embarcações. Algumas metas estão em vias de serem alcançadas, como uma sala de radio-comunicação, um barco de apoio aos pescadores em perigo em alto-mar, além de médico e dentista para os pescadores.

Segundo o presidente da colônia, hoje, no município de São João da Barra, estão em atividade mais ou menos 400 embarcações, das quais 40% correspondem a *bateras* (barcos medindo de 5 a 6 metros) e 60% a *barcos* (barcos medindo de 8 a 14 metros). Há uma estimativa em torno de 2500 pescadores atuando no município, sendo que aproximadamente 1500 destes se encontram cadastrados na Colônia. Quanto ao produto da pesca local, em primeiro lugar se encontra o camarão; em segundo lugar, a piracema. O mar de Atafona também oferece uma infinidade de outras espécies, como cação, peruá, anchova, tainha, robalo guaibira, linguado, etc. Já o rio Paraíba oferece espécies variadas como a manjuba, curumatã, sairú, etc. (cf. NORONHA, 2003, p.108).

Atafona conta hoje com cinco frigoríficos e um “mercado de peixe” construído em 2000 pela prefeitura municipal de São João da Barra, no Cais da Penha. Do que é produzido no município, segundo informação da Colônia de Pescadores, 90% vai para o CEASA no Rio de Janeiro e o restante se divide entre o próprio município e a cidade de Vitória no estado do Espírito Santo.

1.4.2 AS CONSTRUÇÕES.

¹¹ O período de defeso corresponde ao período em que a pesca de uma determinada espécie é proibida, objetivando permitir a desova e, conseqüentemente, a reprodução. Neste período, os pescadores cadastrados na Colônia de Pescadores recebem, via Governo Federal, verba para seu sustento como compensação pela paralisação de suas atividades.

Para o objetivo deste trabalho, resgatar o histórico do desenvolvimento das construções no Balneário de Atafona se faz imprescindível. Por intermédio da análise das construções, percebe-se a grande importância já atribuída à localidade em épocas passadas. Neste sentido, vale lembrar que estas construções que, em outras épocas, simbolizaram a relevância do local, estão hoje indo “mar adentro” levando a reboque parte da história.

As primeiras construções erguidas no Balneário de Atafona foram casebres de pau-a-pique e tiveram como objetivo abrigar as dez famílias que vieram acompanhando o pescador Lourenço do Espírito Santo. Conforme já mencionado, com a morte de sua esposa (afogada no rio Paraíba), Lourenço abandonou o local indo para o interior, onde hoje é a cidade de São João da Barra.

A localidade ficou praticamente esquecida, relegada a segundo plano, quando, por volta de 1820, um armador de navios negreiros, Joaquim Thomaz de Faria, a comprou e nela construiu um trapiche, estaleiro e desembarcadouro de navios, onde os escravos eram leiloados e revendidos aos fazendeiros de Campos. (Noronha, 2003.p.11).

Em 1880, foi erguido o primeiro farol, com sua estrutura em ferro, medindo cerca de dez metros de altura. Este se localizava em frente ao prédio do Ministério da Marinha (na esquina das ruas Prefeito Raphael Mayerhoffer e Felicíssimo Alves) onde estava instalada também a Capitania dos Portos. (Noronha, 2003. p.39).

A primeira casa de tijolo e telha que se tem notícia confirmada, excluindo-se a primeira capelinha de Nossa Senhora da Penha¹², data de 1884 [...] Construída por mestre português e

¹² As obras da Igreja de Nossa Senhora da Penha começaram em 1878 e foram concluídas em 1882. (Noronha, 2003.p.45).

na velha técnica de cal com óleo de baleia, lá está com seus tijolões de quase dois palmos, firme para mais uma temporada de um século [...] (**A Notícia** – Campos - RJ - 02/03/69: “Atafona - Moinho de Saúde”).

O primeiro aglomerado de construções se formou nas imediações do Pontal. No início do século XX, as casas de Atafona ainda na sua maioria eram construídas de madeira ou de <<sopapo>>, pelos próprios moradores, na totalidade pescadores e marinheiros da Capitania dos Portos, localizada em São João da Barra (cf. Diva Goulart – **A Notícia** – Campos - RJ - 02/03/69: “Atafona - Moinho de Saúde”).

Somente por volta de 1915, quando então já existiam 19 casas no pequeno povoado, é que começaram as construções a tijolo, feitas pelo prático da barra, Joaquim Zacarias.

O que se tornou moda na década de 80 nos balneários norte-americanos era “marca registrada” em Atafona há mais de um século. A designação de vilas e vivendas que identifica atualmente as casas de veraneio na Flórida foi lançada na praia - quando ainda eram numerosas as casas de palha e de tábua -, para facilitar o trabalho dos padeiros e tropeiros na hora de entregar suas mercadorias, e depois, com o advento do telefone, o serviço do mensageiro. Acredita-se que a idéia se originou com a chegada dos primeiros veranistas imigrantes e descendentes de portugueses [...] (NORONHA, 2003, p.36).

Por volta de 1926, se deu o primeiro surto de construções, entre elas a Vila Maria Júlia. Nesta residência, veraneava o industrial Joaquim Thomas de Aquino Filho, pai de uma das famílias mais numerosas de São João da Barra, e responsável pela produção do Conhaque de Alcatrão de São João da Barra.

Seguindo a Vila Maria Júlia, veio a Vila Dora, construída pelo capitalista Nelson Pereira, o qual mandou em seguida construir mais cinco ou seis casas, dando a todas elas nomes femininos da família.

O auge das construções se deu, entretanto, em 1940, quando mais de cem casas novas foram erguidas. Daí por diante, o parque habitacional foi tomando cada vez mais vulto. É necessário destacar que, nesta época, as construções apresentavam alto gabarito arquitetônico. A elite investia bastante nestas construções (cf. Diva Goulart – **A Notícia** – Campos - RJ - 02/03/69: “Atafona - Moinho de Saúde”).

Outro fato ainda lembra a importância já atribuída à localidade de Atafona. Por volta de 1940, iniciou-se a construção de vultoso prédio objetivando abrigar uma escola da Marinha, para aprendizes de marinheiros. Infelizmente, por entraves políticos, a construção não foi concluída, restando no local, até os dias de hoje, o “esqueleto” do prédio, testemunhando o descaso com o dinheiro público. Segundo o engenheiro Vicente Júdice (**São João da Barra**, Ano V nº 41, Julho/99, pág.8), a construção da escola da Marinha fazia parte do plano do Governo Dutra de reimplantar atividades portuárias na cidade de São João da Barra, com uma base naval estratégica abrigada em água doce.

Houve, por volta de 1976, interesse por parte do Governo do Estado em aproveitar o prédio inacabado da Marinha, adaptando o mesmo para implantação de um hotel de turismo. O local recebeu inclusive a visita do Secretário de Indústria,

Comércio e Turismo da época, Marcel Hasslocher, entretanto, a obra não se concretizou (**Monitor Campista**, 06/01/76, Ano143, nº2).

No que diz respeito ao urbanismo, percebe-se que as construções que se ergueram por volta de 1943 em diante seguiram determinados passos que resultaram em uma malha urbana de traçado coerente. Este traçado não se formou aleatoriamente; o mesmo se constituiu com base em orientações provenientes de um plano urbanístico elaborado pelo urbanista francês Alfredo Agache. Segundo informações vindas da Prefeitura de São João da Barra, e de moradores e veranistas antigos (que já usufruíam a praia nesta época), o plano em si não foi implantado; no entanto, algumas diretrizes foram extraídas do mesmo, servindo de guia, norteando ações e contribuindo para a formação da malha urbana hoje existente. Maiores detalhes sobre o assunto serão apresentados no capítulo referente ao planejamento urbano¹³.

1.5 ATAFONA NO CONTEXTO REGIONAL.

Para que se possa efetuar uma leitura pormenorizada do Balneário, entendendo como o mesmo se integra na região a que pertence, é necessário explicar o que se deseja indicar quando o termo região é utilizado neste estudo. Atualmente, o conceito de região tem sido alvo de polêmica, oriunda da grande diversidade de definições e opiniões contrastantes.

¹³ Fato curioso se dá quando se compara Atafona com Grussaí. Esta última é vizinha à primeira (cerca de 3 km de distância) e quase não apresenta indícios de planejamento urbano que possa atestar a existência de algum plano, embora se tenha notícia de que o francês Agache também teria elaborado um projeto para o local. Alguns logradouros são estreitos por demais, além de não apresentarem traçado lógico, de forma que resultam em “labirintos”, confundindo quem não conhece bem o local.

Na busca pelo conhecimento sistemático sobre o território nacional, ocorreu no início do século XX a primeira divisão regional do Brasil. Esta divisão tomou como base as diferenças naturais. Fica claro que a região nesta época foi tomada como uma porção territorial definida que aglutinava determinadas características, comportamentos e tendências, a partir de seus aspectos naturais (cf. CASTRO, 1994).

A autora acima citada enfoca o regionalismo definindo-o como a expressão política de grupos numa região, mostrando o vínculo do movimento político com a identidade territorial; e afirma: “A base territorial para a expressão do regionalismo é necessariamente a região. Essa se define a partir da relação do homem com o meio e com seus símbolos”(p.165).

Outros autores tratam do tema região abordando outras especificidades, como Rogério Haesbaert (2001), que trata dos momentos de “morte” e “ressurreição” do conceito de região em seu aspecto geográfico; e Roberto Corrêa (1989) que, tratando da rede urbana, aborda o tema das relações entre cidade e região.

Haesbaert revela que sua trajetória sobre a geografia regional o leva a efetuar um balanço teórico sobre o conceito de região e os paradigmas que o sustentam. Assim sendo, seu estudo busca delinear os três grandes momentos em que se decretou a “morte” da região em geografia (neopositivismo, o marxismo e o “globalismo”) e também delinear os principais caminhos que se colocam na “ressurreição” contemporânea, em vertentes diversas.

Corrêa, em seu estudo, defende a tese de que a rede urbana (enquanto conjunto de centros funcionalmente articulados), tanto nos países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão sócio-espacial da sociedade. O autor menciona que os estudos das relações cidade-região têm sido empreendidos principalmente por geógrafos europeus (particularmente franceses), e que o tema se

constitui, na realidade, uma transformação da clássica temática cidade-campo. Para ele:

A abordagem geográfica ao tema tem sido feita considerando as relações entre cidade e região, isto é, uma grande cidade e sua hinterlândia, constituída por centros urbanos menores e áreas rurais, em muitos casos diferenciadas em termos de estruturas e paisagens [...] (CORRÊA, 1989, p.41).

A questão da região é também contemplada num dos exemplos mais importantes da abordagem científica em geografia: o estudo do povoamento. Neste estudo se destacou o geógrafo alemão Walter Christaller que, por volta dos anos 30, desenvolveu a *Teoria dos lugares centrais*. A hipótese-base desta teoria é de que os espaços econômicos tendem a se organizar segundo o princípio da centralidade, ou seja, toma-se a centralização como uma tendência natural. (cf. PIRES, 2002).

De acordo com as proposições de Christaller, existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e a distribuição dos núcleos de povoamento (grandes, médias e pequenas cidades; e núcleos semi-rurais) considerados localidades centrais. Todas estas localidades são dotadas de “funções centrais” que se traduzem em atividades de distribuição de bens e serviços para a população externa, ou seja, residente em uma “região complementar” (que pode ser entendida como hinterlândia, área de mercado ou região de influência) em relação à qual a localidade central tem uma posição central (CORRÊA, 1989).

Completando este raciocínio, destacamos a afirmação de Pires (2002):

Pode-se, assim, delinear uma hierarquização entre os vários núcleos urbanos, de acordo com a centralidade dos bens e serviços ofertados em cada um deles, estabelecendo-se toda uma rede funcional que vai desde as menores cidades que vendem bens e serviços apenas para a zona rural circunvizinha, até as grandes metrópoles nacionais e mundiais [...] (p.591).

Conclui-se, então, que a região, nesta concepção, compreende o espaço geográfico de mercado delimitado pelas transações econômicas desempenhadas pelo lugar central.

É nesta direção que, no presente trabalho, quando se fala em região, objetiva-se mencionar uma determinada área territorial que, por intermédio de atividades econômicas e interesses diversos -porém complementares-, resulta em um “bloco” comum. Neste estudo de caso, delimito a região em questão como sendo o espaço territorial que abrange o município de Campos dos Goytacazes, o município de São João da Barra e a localidade de Atafona inserida neste último.

Cotejando com os conceitos acima expostos, pretende-se enfim privilegiar o aspecto de complementaridade econômica da rede urbana de que nos fala Christaller e que caracterizou os primeiros tempos do balneário. Entretanto, já na segunda metade do século XX e início do XXI a relação econômica passa cada vez mais a segundo plano na conexão entre Campos, Atafona e São João da Barra.

Assim sendo, é possível, de forma concisa, demonstrar a relevância do balneário em relação à região, em quatro momentos distintos, desde a sua ocupação até os dias de hoje.

No primeiro momento, o da colonização, Atafona já se fez importante por ter abrigado o primeiro povoado, antes mesmo de São João da Barra. Todavia, percebe-se que alguns anos depois Atafona ficou relegada ao descaso, resumindo-se a parte integrante do território pertencente a São João da Barra. Conforme já relatado, em 1677 as atenções convergiram para São João da Barra e Campos, quando foram instituídas as “vilas irmãs”.

No segundo momento, já nos meados do século XIX, mais precisamente final da década de 40, desenvolveu-se o porto sanjoanense com o propósito de escoar o açúcar produzido por Campos e São João da Barra. Nesta época, o Balneário de Atafona ainda não era muito freqüentado, abrigava um trapiche, um estaleiro e um desembarcadouro de navios africanos, ficando ainda à margem dos acontecimentos de Campos e São João da Barra, atuando em função da atividade portuária.

As primeiras décadas do século XX vêm mudar o panorama de Atafona, caracterizando um terceiro momento. Vale lembrar que, neste período, Atafona não representava mais apoio à atividade portuária de São João da Barra. Afinal, com a crise da navegação, em 1919, ocorreu a brusca diminuição do movimento portuário.

Assim, um surto de construções, ocorrido por volta de 1926, aponta de forma clara o início do uso do balneário como local de veraneio. Segundo Noronha (2003), na década de 40 o Hotel Cassino funcionava em pleno vapor. Foi também neste período que surgiu a primeira gafieira (mais freqüentada por pessoas que não tinham condições financeiras para freqüentar o Cassino). Mais tarde, em 1957, criou-se o Atafona Praia Clube. As décadas de 60, 70 e 80 representaram o auge do balneário. Neste período, o mesmo era considerado como a praia de veraneio da elite campista.

O período referente a década de 90, estendendo-se até os dias de hoje, vem marcar uma nova era. Neste momento, quarto e último de nossa seqüência, mostram-se bastante visíveis as transformações ocorridas. Percebe-se, em primeiro

lugar, a evasão de veranistas. Ao contrário dos anos 80, quando a praia vivia lotada, flagram-se diversas residências fechadas em pleno verão. Mediante o processo de destruição e a falta de soluções, novos investimentos por parte de veranistas são direcionados para outros centros de lazer e turismo.

Quanto ao aspecto de complementaridade econômica regional, o panorama também se modificou. Hoje a produção pesqueira (fruto da atividade principal do balneário) é especialmente voltada para um grande centro mais distante, o Rio de Janeiro. Em São João da Barra, é a fábrica de bebidas que emprega grande parcela de seus moradores.

Conclui-se, desta forma, que as atividades econômicas que faziam de Campos, São João da Barra e Atafona um “bloco” composto por centros interdependentes e complementares, não mais se mantêm.

Campos, apresentando-se como um centro bem mais desenvolvido que São João da Barra, continua, porém de forma bem mais branda, funcionando como apoio a este último, nos setores de comércio, serviços, educação e saúde. São João da Barra busca se manter com atividades como a fábrica de bebidas, produção de doces caseiros; e vem se desenvolvendo no que tange à prestação de serviços. Suas atividades não estão mais relacionadas aos acontecimentos de Campos ou Atafona.

Atafona, por sua vez, ainda representa a opção de veraneio mais barata para Campos e São João da Barra, principalmente pela pouca distância. Entretanto, o fato da elite campista (composta de pessoas de bom poder aquisitivo) estar buscando outras praias, as quais oferecem mais infra-estrutura e opções de lazer (como Guaraparí e Búzios), contribui para aumentar o aspecto de abandono, já imposto ao local pelo cenário da destruição.

A situação vem aos poucos se transformando em uma “bola de neve”. Ao passo que o poder público diminui os investimentos no balneário por causa da

erosão, até agora insolúvel, veranistas vão aos poucos se desestimulando a investir nos seus imóveis (reformas ou acréscimos) e arcar com os impostos que lhes são cobrados, contribuindo, com isso, diretamente para o empobrecimento do local.

2 O PLANEJAMENTO URBANO EM ATAFONA: ROTEIRO DE UMA INVESTIGAÇÃO.

Elaborar um capítulo falando sobre este assunto se constituiu, logo de início, num grande desafio. Teria mesmo existido um plano? Em primeiro lugar foi necessário confirmar o fato, surgido em comentários esparsos de moradores e freqüentadores tradicionais do local. Como abordar a existência de um plano urbanístico que para muitos não é conhecido, e que deixou poucos vestígios de sua existência?

A discussão sobre o plano se faz imprescindível, principalmente quando se pensa que quem o elaborou foi um profissional de relevância, reconhecido internacionalmente. Isto só vem confirmar a importância já atribuída ao Balneário de Atafona em épocas anteriores.

Este trecho do trabalho só se concretizou mediante a instigante necessidade de resgatar a história e também por uma intrigante questão: se de fato um urbanista de renome elaborou um projeto para o balneário de Atafona, por que o mesmo não teria sido executado?

É fundamental destacar que o relato que segue foi elaborado com base na junção de fragmentos de informação, após ter-se atestado a inexistência, quase que total, de material bibliográfico que contemple o tema. A maior parte das informações foi obtida por meio de entrevistas a pessoas que vivenciaram os acontecimentos na

época, o que tornou necessária a busca de suporte teórico no campo de estudos de história oral. Apesar da relevância, a notícia da existência de um plano urbanístico para o balneário de Atafona causa, para muitos, espanto e admiração. Isto sem dúvida alguma serviu de estímulo para nossa pesquisa, transformando-a em um processo investigativo.

2.1 O PLANO

Na busca por entender como se deu a inserção do projeto urbanístico de Alfredo Agache no Balneário de Atafona, identificamos uma matéria baseada nos apontamentos de uma conferência a respeito de urbanismo, ocorrida em setembro de 1990 na cidade do Rio de Janeiro¹⁴. Deste material foram extraídas informações que a seguir mostrarão como se desenvolveu tal processo.

Em 1928, Antônio Prado Júnior, que durante o período de 1926 – 1930 exerceu o cargo de prefeito da cidade do Rio de Janeiro (naquela época capital federal), convidou o urbanista francês Alfredo Agache¹⁵ para vir ao Brasil, para elaborar o primeiro plano urbanístico para a cidade do Rio de Janeiro. Este episódio renovava a influência intelectual hegemônica da cultura francesa sobre o Brasil, que perdurou até a Segunda Guerra Mundial.

O plano para a cidade do Rio de Janeiro evidenciava a preocupação com o problema central do crescimento demográfico e suas conseqüências, as demandas maiores por habitação e emprego, transporte e comunicação, abastecimento de água e saneamento e ainda demanda por áreas verdes. Problemas típicos dos grandes centros industriais modernos também eram abordados pelos planos de Agache, entre eles, transporte em massa, processo de empobrecimento e moradia popular.

¹⁴ Plan Agache: Urbanismo de Excelencia en Los Años 20 – Texto baseado en Los Apuntes de La conferencia dictada por el Arquitecto Luiz Paulo Conde en el coloquio Francia-Brasil, Rio de Janeiro, 27 de Septiembre de 1990. (disponível em: <http://www.summanas.com/25htm> - consulta efetuada em 24/02/03).

¹⁵ Humbert Alfred Donat Agache nasceu em Tours, na França e em 1875 se graduou em Arquitetura (École Nationale des Beaux – Arts de Paris). Foi ainda fundador da Sociedade Francesa de Urbanismo.

Embora tenha demonstrado especial dedicação à implementação do seu plano, apresentando inclusive uma legislação urbanística para sua institucionalização, Alfredo Agache foi traído pelos acontecimentos. Quis a história que a conclusão de seus trabalhos coincidissem com o fim de uma era, marcada com a revolução de 1930.

Nosso país vivia neste período um extremo desajuste político. O “*crash*” da bolsa de valores de Nova York (crise de 29) representou para o Brasil a brusca diminuição nos rendimentos obtidos com a exportação do café, até então o produto mais significativo de nossa pauta de exportações. O rompimento da política “café-com-leite”¹⁶ fez com que o estado de Minas Gerais se sentisse traído, e formasse junto com o Rio Grande do Sul e a Paraíba a Aliança Liberal, que indicava Getúlio Vargas para a presidência. A derrota de Vargas para Júlio Prestes na sucessão presidencial desencadeou então a revolução dos tenentes.

Diante desses entraves políticos, os trabalhos de Alfredo Agache foram associados às iniciativas do regime que havia sido deposto, ou seja, ao passado. Depois de 1931, seus planos foram impugnados pelo então Diretor de Engenharia Municipal (do Rio de Janeiro), o Capitão Delson de Fonseca. Ainda assim, muitas de suas propostas foram aproveitadas na legislação urbanística aprovada em 1937.

Apesar do plano carioca não ter sido realizado por completo, Alfredo Agache voltou mais tarde ao Brasil (inclusive firmando sua residência no país) e continuou elaborando projetos. Desta vez, foram contempladas as seguintes cidades: Curitiba (1941-43), Campos, Cabo Frio, Araruama, São João da Barra, Petrópolis, Vitória e São Paulo (o bairro de Interlagos) e Atafona.

¹⁶ Esta política determinava a alternância no poder entre Minas Gerais e São Paulo. O então presidente da república Washington Luís deveria indicar para seu sucessor o mineiro Antônio Carlos de Andrade. O mesmo não o fez, tendo indicado o paulista Júlio Prestes.

Os projetos de Alfredo Agache implantados em outras regiões do Brasil no início da década de 40, já na ditadura do Presidente Getúlio Dornelles Vargas, serviram de base para o planejamento urbano de Atafona. A praia foi incluída no Plano Agache, em virtude de contatos feitos pelo ex-prefeito campista Affonso Celso Ribeiro de Castro.

Diante da informação de que Agache teria feito um plano para Atafona, nossa primeira tarefa foi confirmar a existência do mesmo, buscando, desta maneira, provas materiais e também testemunhos de pessoas que vivenciaram aqueles momentos.

Tentou-se resgatar cópia do plano urbanístico elaborado ou até mesmo documentos que atestassem a existência do mesmo, mas mediante visita à Secretaria de Obras do município de São João da Barra, conclui-se que, do Plano Agache, restaram apenas lembranças. Funcionários afirmaram que, em consequência de uma enchente ocorrida em 1966, quase todo acervo da secretaria (que se encontrava no pavimento térreo do prédio onde a mesma funcionava na época) se perdeu. E assim, mais uma vez a história de Atafona -e talvez dentro dela também o Plano Agache- foi levada pelas águas.

Após pesquisa, encontrou-se uma matéria de jornal, a qual atesta a existência e as diretrizes do plano para as localidades de Atafona e Grussaí. Esta relata uma entrevista dada pelo próprio 'Professor Agache' ao jornal **A Manhã** do Rio de Janeiro¹⁷.

No que diz respeito a Grussaí, Alfredo Agache cita que adotou traçado misto de xadrez alongado e diagonal com a criação de centros principais ligados por avenidas diagonais. Quando menciona o Balneário de Atafona, afirma:

¹⁷ Esta entrevista foi reproduzida no jornal **A Evolução**, São João da Barra, 17/05/1942, p.3.

Atafona, por sua vez, situada ao longo da praia, já se destaca, segundo um traçado xadrez rígido, com ruas paralelas e perpendiculares à praia.

Com o melhoramento da rodovia de São João da Barra a Campos, de 1910 para cá, a praia de Atafona começou a ter a preferência de toda a região, construindo-se grande número de palacetes ao longo da praia, chamada Avenida Atlântica [...] (**A Evolução** – 17/05/1942 –p.3).

Como na ocasião de elaboração do plano já existiam construções em Atafona, o urbanista demonstrou preocupação com a parte existente quando procurou manter o traçado xadrez, estipulando pequenas modificações e retificando alinhamentos. O objetivo era reduzir ao mínimo as desapropriações a serem feitas.

Desta forma, Agache apresenta o projeto expondo intenções e diretrizes:

[...] na extensão futura, - para a harmonia do conjunto, - mantivemos o mesmo traçado em xadrez, porém mais alongadas e predominâncias de vias públicas.

Considerando a praia, como elemento dominante, mantivemos uma composição com a profundidade limitada à cerca de 700 metros, à dominância da praia [...] Demos um realce todo especial, à composição central da futura estação balneária de Atafona.

Destacamos um núcleo principal e dominante com um grande e moderno jardim, no centro da composição, onde serão

instalados o Cassino, comércio elegante, esportes, vivendas nobres, a sede da administração local, como seja a Sub-Prefeitura e, outrossim, as principais diversões, cinemas, teatros, etc [...] (**A Evolução**- 17/05/1942 – p.3).

Houve ainda preocupação com arborização. O projeto incluía uma faixa de reflorestamento (com largura de sessenta metros) limitando a composição da parte urbana e a zona rural. Segundo o urbanista, a arborização teria a grande vantagem de barrar o vento sul, proveniente da Lagoa Feia, tido como insalubre. Desta forma, Atafona se beneficiaria apenas com a brisa do nordeste.

Segundo João Noronha (jornalista e morador local) a idéia formal de planejamento urbanístico na praia começou em meados dos anos 40, com a construção das primeiras casas de alvenaria, situadas na Rua João Alberto Barbosa, onde foi assentada a linha férrea. A partir daí, o lugar passou a ganhar imóveis e ruas em direção ao mar. Tudo acontecia sob a fiscalização do desenhista do Estado, o sanjoanense Rui Martins Coutinho (MS. João Noronha, Março 2004).

“O ritmo do progresso é deveras animador. Nada menos que uma casa se constrói de três em três dias na praia. E são imóveis cujo valor venal varia entre 20 e 30 mil cruzeiros” (**A Evolução**: “Atafona na senha do progresso” – 24/06/1949 – p.1).

Infelizmente, como se sabe, o Plano Agache não chegou a ser de fato totalmente implantado. Tem-se, no entanto, notícias de que algumas diretrizes (raras) começaram a ser implantadas, como pode ser constatado a seguir.

Atafona possui um bom serviço de ônibus, telefone, diversas pensões e magnífico hotel onde funciona o Cassino. Há dois

meses ali trabalham engenheiros da firma que contratou os serviços que ali vão ser executados sob as vistas do urbanista Agache. No verão não se encontra ali um só prédio vazio e os não habitados pelos seus proprietários são alugados por altos preços [...] (LAMEGO, 1942, p.323).

Diversas são as suposições quando são buscadas justificativas para a não implantação total do projeto elaborado por Agache. As mais simples e diretas seriam: falta de empenho político, carência de corpo técnico especializado e também de recursos financeiros.

Todavia, importante informação foi extraída dos manuscritos do jornalista João Noronha¹⁸. Segundo ele, o Plano Agache paralisou suas atividades por volta de 1943. Isto se deu por causa de uma ação que correu no foro de São João da Barra em 1942, movida por dois proprietários de áreas ao lado do Cassino. Eram eles Izimbarido Peixoto e Adriano Faria. A ação, originada por discordância quanto à limitação das terras desses proprietários, acabou por embargar a ocupação da praia.

Para dar maior credibilidade ao fato, Noronha transcreve, então, a seguinte matéria jornalística, publicada por ocasião desses acontecimentos em jornal local¹⁹:

Os embargantes se julgavam donos de todas as terras até o mar. Os prejudicados requereram ao domínio da União, a

¹⁸ Após ter editado em 2003 o livro intitulado *Uma dama chamada Atafona*, já citado neste trabalho, o autor continua em constante pesquisa, já preparando o texto para a reedição do mesmo (prevista para 2006), contendo mais informações.

¹⁹ Trechos de matérias do jornal **A Evolução**, reproduzidos nos manuscritos do jornalista João Noronha.

demarcação do preamar de 1831. Este departamento, baseado em antigos documentos, inclusive uma planta da Leopoldina datada de 1902, na qual se vê a cerca divisória dos terrenos dos embargantes, demarcou os terrenos de Marinha, e acrescidos numa mesma linha paralela à avenida Atlântica medindo 137 metros para o lado da terra. Ficou desse modo provado que as vítimas do embargo construíram em terrenos acrescidos de Marinha, não havendo motivo para a manutenção da medida requerida pelos supostos donos, considerando-se que é da competência exclusiva e privativa do domínio da União [...] (**A Evolução**, 01/03/1942, 1ª pág.- “O impasse de Atafona”).

O litígio se arrastou por mais de cinco anos, atrasando ainda mais o desenvolvimento.

Os obstáculos surgem decorrendo da confusa e imprecisa definição do legítimo direito de propriedade. Uma demanda judicial, porém questionando em torno de “terreno de Marinha”, ocasionou a paralisação das construções. Começaram as dúvidas sobre quem possa, por título hábil, outorgar transferências de domínio, intimidando iniciativa, impedindo e embargando as transações de compra e venda de terrenos. Ora a Leopoldina Railway se dizendo proprietária de uma

extensa área, ora a União, o Estado e a prefeitura de outras tantas áreas [...] (**A Evolução**, 08/05/1949, p.1)

Noronha cita, ainda, que a indecisão judicial gerou protestos entre proprietários, o que levou o sindicato dos operários em construção civil a pedir por justiça em nota assinada pelo presidente Agapito Ferreira Maia. A nota assim dizia:

Para que em breve seja resolvida a situação das construções em Atafona, paralisadas por não ter sido ainda dividido em lotes o terreno daquela localidade, trazendo isso o não desenvolvimento do trabalho, e por conseqüência o sacrifício da classe trabalhadora, prejuízo para aqueles que têm suas construções por terminar, sofrendo roubo e destruição em seus materiais, trazendo o desânimo para aqueles que têm desejo de ali construir paralisando, portanto, o progresso de nossa terra [...] (**A Evolução**, 01/03/1942 - 1ª pág.).

Somente no final da década de 40, as construções residenciais foram retomadas, com protocolos junto ao Serviço Público da União. Segundo Noronha, de lá para cá, os ocupantes de áreas de marinha tentaram através da justiça conseguir o direito de posse – usucapião-, o que não foi concedido até hoje.

A demarcação de áreas para a construção de residências resultou em abusos em diversos pontos da praia, principalmente em conseqüência de ocupação desordenada.

Mediante os fatos acima relatados, o então deputado Tógo de Barros (em 1949) enviou telegrama à Câmara Federal, pedindo a proibição de construções em terrenos da Marinha (**A Evolução**, Julho de 1949, 1ª página).

Demos continuidade ao processo investigativo, mesmo diante do fato da não obtenção de uma cópia do plano urbanístico elaborado para Atafona. Seguindo pistas fornecidas por veranistas e também por profissionais da área de arquitetura, acabamos por encontrar alguém que havia vivenciado parte da história. Desta forma, os parágrafos seguintes se dedicarão a relatar a experiência vivida por um profissional que teve acesso ao plano elaborado por Alfredo Agache.

Gérson Cecílio Fontoura, hoje com 82 anos, atuava na época -anos 40- como agrimensor. Por muitos anos depois deste período atuou também como professor de CEFET –Campos (Centro Federal de Ensino Tecnológico), ensinando topografia. Buscando aprimorar seus conhecimentos, sempre que podia se dedicava aos estudos, tendo feito vários cursos, entre eles, um curso de especialização em geografia no Serviço de Geografia do Exército. Sua experiência fazia com que fosse requisitado para vários serviços. Segundo o mesmo, chegou a exercer o cargo de Secretário de Obras do município de São João da Barra por vinte anos (de 1952 a 1972) e também chegou a ser Secretário de Obras do município de Campos por quatro vezes, tendo em um dado período acumulado o cargo de Secretário de Obras nos dois municípios concomitantemente.

Fontoura conta que seu contato com o Plano Agache aconteceu por volta de 1943, por ocasião do início da implantação do mesmo “... eu era na época técnico em topografia, e estas coisas todas, eles me aproveitaram para fazer nivelamento da cidade, nivelamento geométrico, de Campos, São João da Barra, Atafona, Grussaí e trechos que não me recordo mais...”.

O fato de não existir cópia do Plano Agache na prefeitura do município, ocasionou curiosidade e dúvidas a respeito do estado de apresentação final do

plano; ou seja, existiram de fato projetos concluídos ou teriam sido traçados apenas esboços?

O entrevistado afirma que as plantas de fato existiram, formando um projeto “maravilhoso”, classificando o serviço como “de primeira linha”, onde o Plano Agache era todo “amarrado” nas coordenadas geográficas (e estas “amarradas” no mapa do Brasil). Lembra, ainda, que a planta elaborada para a praia de Grussaí se assemelhava a um leque, no que tange à disposição das avenidas principais.

“O Plano Agache apresentava um levantamento cadastral perfeito, além de contemplar alinhamento das ruas, saneamento básico arborização, etc”.

Mesmo tendo sido o plano entregue à prefeitura de São João da Barra, pela equipe do Agache (por volta de 1943), quase nada foi executado. O entrevistado menciona que, por volta de 1945, foi chamado para participar do trabalho de adaptação do Plano Agache. A iniciativa de adaptação do plano partiu da prefeitura municipal de São João da Barra. Esta, por não possuir em seu quadro técnico profissionais treinados em número suficiente, pediu socorro ao Departamento Geográfico do Estado. O Estado do Rio de Janeiro e a União atuaram então em conjunto na implantação do projeto de adaptação do Plano Agache.

Nesse processo, os “terrenos de marinha” seriam cedidos mediante cobrança anual de laudêmio e os de posse do Estado seriam vendidos (inclusive com fornecimento de escritura), e os recursos obtidos nos dois casos seriam revertidos para a implantação do plano.

No entanto, isso não chegou a acontecer e, na opinião do entrevistado, por causa de uma questão organizacional do Estado.

Retornando a atenção para detalhes do plano elaborado para Atafona, Fontoura chama atenção para a Avenida Atlântica. Explica que, quando as pessoas mencionam que só existem duas Avenidas Atlânticas no Brasil, que seriam a de Atafona e a de Copacabana no Rio de Janeiro, desconhecem que a Avenida

Atlântica foi projetada para ser uma coisa única, ou seja, foi projetada para o Brasil todo, para movimentação de tropas e outros fins. Entretanto, somente os dois trechos mencionados foram construídos.

Como na época da adaptação do Plano Agache algumas construções já tinham sido erguidas, a nova estratégia se baseava em salvar o que fosse possível do plano Agache sem ocasionar desapropriações, o que demandaria muitos recursos.

Em Grussaí, não se pôde fazer quase nada, a situação estava quase perdida. A ocupação de forma desordenada (segundo o entrevistado, fruto de uma ganância desenfreada) resultou no que existe hoje: ruas estreitas, sem um traçado coerente.

Em Atafona, mais etapas puderam ser vencidas. Nesta localidade, o caos ainda não havia se instalado por completo, o que permitiu que fossem preservadas algumas avenidas importantes que compunham o plano inicial. A colocação de meio-fio funcionou como freio para as ocupações irregulares, pois com o mesmo as pessoas eram forçadas a respeitar os alinhamentos pré-determinados.

Considerando a situação em que se encontra atualmente o Balneário de Atafona, no que diz respeito ao processo de destruição, foi perguntado se por ocasião do plano Agache já se falava em afastamento, prevendo qualquer alteração que fosse no comportamento do mar. A resposta se configurou em importante revelação: o entrevistado explica que, na ocasião do Plano Agache, o projeto contemplava a linha de marinha²⁰, mas complementa que na ocasião o mar já havia sofrido recuo e continuava recuando. Este recuo deu origem aos “terrenos

²⁰ Nesta estão inseridos os terrenos de marinha. Estes correspondem à faixa de 33m a contar da linha de preamar, ou seja, são identificados a partir da média das marés altas do ano de 1831 tomando como referência o estado de situação da costa brasileira naquele ano. (<http://www.spu.planejamento.gov.br>. -consulta efetuada em 09/06/2004).

acrescidos de marinha”²¹. Segundo ele, o acréscimo de terrenos pôde ser medido efetuando-se uma comparação entre a antiga linha de marinha, demarcada pelos “ingleses” em 1888 (por intermédio do Departamento de Patrimônio da União) e uma nova demarcação feita na época do estudo. Cita que, em Grussaí, a faixa acrescida chegou a atingir aproximadamente 330 metros. Comenta ainda que, em Atafona, este acréscimo foi bem menor, pois os detritos do Rio Paraíba iam se acumulando, acentuando menores trechos.

Mediante as informações acima apresentadas, entende-se que, na época de adaptação do Plano Agache, o mar apresentava tendência ao recuo, de modo a sugerir que os “terrenos acrescidos de marinha” fossem utilizados por construções.

O entrevistado chama então atenção para a mudança no comportamento do mar quando comenta a respeito de alterações que começaram a ocorrer na localização dos marcos geográficos em relação ao mar. As alterações começaram a ser percebidas por volta de 1951, ou seja, o mar começou a apresentar avanços já nesta época, embora o processo de destruição só tenha se estabelecido com mais vigor na década de 70.

Neste mesmo capítulo, anteriormente, foram mencionadas informações fornecidas pelo jornalista João Noronha a respeito de disputa por posse de terras. A confusão que se formou foi confirmada por Gerson Fontoura. Finalizando seu relato, ele explicou parte do ocorrido. De acordo com sua versão, grande faixa de terra foi doada à Leopoldina Railway, por D. Pedro II, por ocasião da execução da estrada de ferro que interligava Campos, São João da Barra e Atafona. Entretanto, as terras foram doadas sob a condição de a Leopoldina levar a estrada de ferro até a praia de Grussaí, o que nunca se concretizou. Mesmo não tendo desempenhado seu papel, a

²¹ Terrenos que se formam a partir da linha de preamar do referido ano (1831) em direção ao mar, tanto os aterros como aqueles resultantes do recuo do mar no tempo. (<http://www.spu.planejamento.gov.br>. -consulta efetuada em 09/06/2004).

Leopoldina se considerava dona dos terrenos. A discussão perdurou por muitos anos, impedindo o desenvolvimento do processo.

Conclui-se que o planejamento em si, ou seja, a elaboração do projeto aconteceu. A execução, no entanto, não se completou. Fica então registrada uma lacuna no processo. Como se permitiu que motivos jurídicos e políticos fossem mais fortes e capazes de emperrar um projeto de tal relevância? Por outro lado, a questão de propriedade das terras não deveria ter sido acertada antes da contratação de Agache?

2.2 NOVOS PLANOS.

A questão do planejamento no local só voltou então a tomar novo impulso a partir de 1977, quando a Prefeitura Municipal e o Ministério da Fazenda se uniram em uma parceria para a elaboração do Projeto CIATA (Convênio de Incentivo de Aperfeiçoamento Técnico Administrativo – Recadastramento Imobiliário), o qual realizou o recadastramento imobiliário do balneário.

Segundo Noronha (MS. João Noronha, Março 2004), com o Projeto CIATA e o cadastramento imobiliário, o Plano Agache foi adaptado parcialmente no Balneário, com uma extensão territorial de três quilômetros e meio, por um quilômetro e meio.

Do pontal aos prédios da marinha, entre a Avenida Atlântica e rua Felicíssimo Alves até a rua José Gomes de Sá, a malha existente era dotada de ruas, calçadas e quadras simétricas, de acordo com a planta de referência cadastral do 1º distrito, da Prefeitura de São João da Barra, elaborada em 1978 [...] (MS. João Noronha, Março 2004).

Finalmente, em 1991, é implementado em São João da Barra o Plano Diretor Urbanístico Municipal, com a finalidade de propor melhoria na qualidade de vida, com a adoção de um modelo linear de expansão urbana, objetivando o fim da ocupação desordenada.

Ainda no ano de 1991, é aprovada a 1ª Lei de Zoneamento, e também o Código de Obras e Edificações Municipais, para disciplinar as construções.

Desde então, a prática de planejamento se encontra em estado de inércia, no que diz respeito ao desenvolvimento urbano. O Plano Diretor em vigor continua sendo o de 1991, sem alterações. Ocorreram apenas algumas ações esparsas, como melhoria de espaços públicos (praças e calçamento de ruas) e construção de algumas casas populares. Esta última ação será melhor abordada nas considerações finais.

3 ATAFONA: CRÔNICA DE UMA DESTRUIÇÃO.

3.1 A EROSÃO SOB O PONTO DE VISTA GEOLÓGICO.

A destruição provocada pela erosão marinha marcou o início da sua atuação, atingindo primeiramente a área correspondente ao Pontal, onde acontece o encontro do rio Paraíba do Sul com o mar. Esta parte da praia foi a que abrigou as primeiras construções, ainda que extremamente precárias, no que diz respeito a métodos construtivos e estilo arquitetônico. Estas primeiras residências foram erguidas neste local em virtude da proximidade com o mar e o rio; seus moradores viviam basicamente da atividade pesqueira.

Argento (1989)²², por exemplo, relata a destruição do primeiro farol de sinalização (construído no Pontal), e cita que este distava duzentos metros da linha de praia em 1976.

A destruição que vem atingindo o balneário é conseqüência de um processo de erosão marítima, em que o mar vem avançando progressivamente, invadindo não só a faixa de areia da praia, mas casas, ruas e quarteirões inteiros.

Diversas são as suposições a respeito da causa da erosão que vem ocorrendo. No entanto, mesmo com estudos realizados por profissionais e órgãos de naturezas diversas, não se chegou até hoje a uma justificativa que possa ser tomada como definitiva.

Ainda que a descoberta da causa do processo de erosão não seja o objeto central deste trabalho, algumas justificativas para o processo de destruição merecem

²² Apud. MUEHE, 1998. p.21.

ser apresentadas, visto que algumas delas mostram em sua essência que não só as alterações da natureza trabalham para tal desequilíbrio, mas que a atuação humana, principalmente, contribui para tal feito, colocando em evidência a importância do planejamento e os prejuízos da não execução do mesmo. Assim sendo, fatos como o desequilíbrio do volume de sedimentos no litoral, aumento do nível médio do mar, aumento da atividade eólica (favorecendo a formação de dunas), alterações no fluxo do rio Paraíba do Sul e as ações humanas formam um conjunto forte causando a erosão.

Segundo matéria de Túlio Brandão (**O GLOBO** -16/04/04 p.25), alguns geólogos garantem que a foz do rio é determinante na erosão ou alargamento da faixa litorânea. A reportagem é ilustrada com um esquema que mostra a mudança da antiga foz do rio Paraíba do Sul, do Cabo de São Tomé para Atafona, há 6 mil anos. Com a mudança, a faixa litorânea próxima à antiga foz foi erodida. Em São João da Barra, ao contrário, a costa avançou e só perdeu espaço nos últimos 20 anos. Na visão de especialistas, isto se deu por causa do enfraquecimento do rio Paraíba, provocado pela barragem de Santa Cecília (a qual abastece 80% da região metropolitana do Rio de Janeiro) e também pela degradação ambiental. Kleverson Guizan (geólogo da Universidade Federal Fluminense - UFF) concorda que a perda de força na foz acentua a erosão, mas acha que o fenômeno estaria acontecendo mesmo sem o problema do rio. Acredita que o que está acontecendo pode ser parte de um período natural de erosão, do qual não se conhece a duração.

José Maria Landim Domingues, professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia (UFBA), explica que, além da influência litorânea, a erosão é favorecida pelo aporte reduzido de sedimentos pelas bacias hidrográficas para a linha de costa, pela intensidade da atividade eólica (que forma dunas com a areia retirada da costa) e pela energia das ondas (aumentadas com a passagem de

frentes frias, correntes marinhas e mudanças climáticas). Explicando melhor, comenta:

A erosão costeira é um fenômeno natural que ocorre em várias escalas temporais e espaciais, intrínseco ao comportamento dinâmico da linha de costa, do mesmo modo que as enchentes são um fenômeno intrínseco à dinâmica fluvial [...] (*Ciência, Tecnologia & Meio Ambiente – Agência Brasil – [http:// www.radiobras.gov](http://www.radiobras.gov). matéria de 11/01/02*).

O professor enfatiza ainda a importância da ação preventiva, apontando, como forma de frear o processo de ocupação irracional da linha de costa, o uso de legislação adequada. O mesmo externa sua preocupação quanto à dinâmica governamental que cada vez mais estimula a expansão do turismo como fonte de arrecadação de renda, provocando a ocupação cada vez mais densa e tornando o risco cada vez mais existente.

No Relatório de Caracterização Físico-Ambiental do Litoral do Estado do Rio de Janeiro (MUEHE, 1998), encontramos também alguns dados a respeito dos significativos problemas erosivos que já vinham ocorrendo em Atafona junto à desembocadura fluvial. Um destes importantes dados é a configuração da linha de costa na forma de delta que, aliada à presença de um banco submarino defronte ao cabo de São Tomé, expõe a linha de praia a diferentes direções de incidência das ondas e, conseqüentemente, diferentes direções e intensidades de transporte litorâneo.

Estudos feitos por Bastos (1997)²³, comparando fotos aéreas de 1976 com a posição da linha de costa levantada por meio de GPS em 1996, determinam taxa de retrogradação (recoo da linha de praia) de 7,5 m/ano, e apresentam como fato agravante do processo a redução das descargas fluviais líquidas e sólidas, principalmente após a derivação das águas para o sistema Lajes-Guandu na Barragem de Santa Cecília, localizada a 238 km a montante da desembocadura.

Em reportagem de um jornal local (São João da Barra, junho/1999, Ano V – nº 41, p.8), encontramos, no artigo que relata entrevista com o engenheiro Vicente Júdice, fato que merece destaque. Este cita também a construção do Complexo Hidrelétrico de Lajes, mas alia a este acontecimento a decisão do Governo Dutra, na segunda metade da década de quarenta, de iniciar um projeto para reimplantar atividades portuárias na cidade de São João da Barra. A finalidade desta obra seria, como já citado anteriormente, ter uma base naval abrigada em água doce, visando minimizar os problemas com corrosão nos cascos dos navios. O engenheiro relata que, com a interrupção da obra (provavelmente por motivos políticos), parte da estrutura já construída retinha areia que deveria ir para a foz onde o mar a consumiria: “sem essa areia para consumir e espalhar ao longo do litoral sanjoanense, na direção de Grussaí, o mar investiu contra o pontal”.

Já para Dias (1981)²⁴, a causa do processo erosivo que acomete Atafona decorre da ação de um ou mais dos seguintes fatores:

- Mudança significativa da orientação do curso do rio acarretando erosão da frente deltaica;
- Falta de aporte sedimentar à região litorânea adjacente;
- Transgressão marinha afetando o nível base do rio;

²³ Ibid.

²⁴ Apud. Alex Cardoso Bastos – dissertação do curso de Pós-Graduação em Geologia e Geofísica Marinha da Universidade Federal Fluminense – 1997.

- Persistência de correntes de deriva litorânea de sentido inverso ao normal, provocada por ação prolongada de ondas SE (sudeste) associadas a frentes frias.

Costa (1994)²⁵, após associar dados de transporte litorâneo ao levantamento do regime hidrológico do rio Paraíba, propõe um modelo para a dinâmica da desembocadura do rio, concluindo que as causas da erosão de Atafona estariam associadas às variações no regime hidrológico do rio Paraíba, bem como a uma diminuição no aporte sedimentar na desembocadura do rio.

Como pôde ser visto, de diversas fontes vêm as tentativas de justificar o processo de erosão. A área passou a ser de interesse de vários estudiosos, inclusive do Laboratório de Geologia Marinha (LAGEMAR) da Universidade Federal Fluminense, que já iniciou uma pesquisa em torno da erosão que vem acometendo Atafona. O estudo está sendo coordenado pelo professor Alberto Garcia de Figueiredo Júnior, teve início em dezembro de 2003, e tem previsão de duração em torno de dois anos. Este projeto foi o que recebeu maior verba – cerca de R\$100mil - do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) por meio de edital universal.

3.2 A DESTRUIÇÃO: UMA RETROSPECTIVA HISTÓRICA.

Uma vez demonstrada de forma sucinta uma amostra do leque de justificativas existentes para o processo de erosão, no segundo momento deste capítulo objetivar-se-á fazer um histórico do processo de destruição, indicando o início, os momentos de pico e de trégua, além de um levantamento contemplando o aspecto quantitativo da destruição.

²⁵ Ibid.

Mais uma vez diante da escassez de material didático ou oficial publicado em torno do assunto sob o ponto de vista sócio-histórico, fez-se necessário optar por outra fonte alternativa de informação. Assim sendo, para a construção do histórico da destruição optou-se pela análise de material jornalístico.

Uma vez decidido que a análise de material jornalístico seria a metodologia mais adequada para resgatar a seqüência dos acontecimentos, foi necessário escolher um determinado jornal que viesse a ser o eixo da pesquisa. O escolhido foi o **Monitor Campista** (o mais antigo da cidade de Campos, 1ª edição em 1834), analisado segundo um recorte temporal pré-estabelecido. A escolha por um jornal de Campos se deu pelo fato de São João da Barra não possuir um jornal ou outro tipo de publicação que tenha sido editada ininterruptamente desde o início da destruição (década de 70) até os dias de hoje.

A consulta ao acervo deste jornal foi movida por muita determinação. Foram necessárias inúmeras visitas ao Arquivo Público Municipal.²⁶ Os exemplares do jornal **Monitor Campista** encontram-se encadernados segundo o ano de edição. Por se tratar de material muito antigo (frágil), o arquivo não permite a reprodução por meio de cópia xerográfica, o que obriga o pesquisador a copiar as matérias de seu interesse, mediante o uso de luvas e máscara.

Além do **Monitor Campista**, a pesquisa de material jornalístico se completou com a análise de reportagens avulsas coletadas em jornais diversos (em datas variadas), originadas de um acervo particular²⁷.

A pesquisa efetuada no **Monitor Campista**, por ter sido mais longa, possibilitou observar de perto o papel de cada agente envolvido no processo. Como

²⁶ Este localiza-se na estrada que liga os distritos de Goytacazes e Tocos (ambos em Campos) e está abrigado no belíssimo prédio onde outrora funcionou o Solar dos Jesuítas.

²⁷ Biblioteca particular do médico Wellington Paes – Campos-RJ. Diversas foram as indicações para pesquisa neste acervo, considerando-se que o proprietário do mesmo é personalidade de destaque na sociedade campista.

personagens do contexto, aparecem os moradores (pescadores), os veranistas e as autoridades. As matérias de um modo geral buscavam relatar, de início, o processo da destruição; em seguida, a situação de pessoas que perderam imóveis; e, por fim, as providências tomadas ou não por parte do poder público.

Seguindo pistas fornecidas por moradores e veranistas mais antigos, a destruição ter-se-ia iniciado na década de 70. Optou-se, então, por iniciar a pesquisa no jornal **Monitor Campista** pelo ano de 1970. Algumas matérias sobre Atafona foram encontradas, mas nenhuma delas contemplava os processos de erosão e destruição. Pelo contrário, as matérias eram de coluna social (falando de famílias tradicionais que freqüentavam o balneário) ou enaltecendo o local. Uma delas, por exemplo, indicava a pretensão do late Clube de Atafona de erguer um hotel no pontal. Esta matéria indicava automaticamente a demanda por acomodação para turistas, ou seja, o movimento existente no balneário.

Optou-se, então, por continuar a pesquisa, desta vez efetuando um intervalo de cinco anos, passando-se a investigar os exemplares do ano de 1975, iniciando-se pelo primeiro dia do ano. Logo nos primeiros meses, as matérias vieram a confirmar o que se supunha inicialmente: o início da destruição se deu de fato nos primeiros anos da década de 70.

A primeira matéria examinada (abril de 1975) sinaliza de forma clara o estágio primário da destruição, quando cita a visita de Antônio Garcia Monteiro, na época engenheiro da COHAB (Companhia de Habitação), enviado pelo Governo do Estado, com o objetivo de escolher área para a implantação de um conjunto habitacional, já que cinco residências nas imediações do Pontal haviam sido destruídas e muitas outras se encontravam ameaçadas. Autoridades da época julgavam ser o remanejamento das famílias a solução técnica mais adequada, alegando que uma barragem em forma de dique não seria uma solução definitiva, além de antieconômica. As primeiras casas a serem atingidas se localizavam no

Pontal e na Ilha de Convivência (que, na época, ainda pertencia ao município de São João da Barra).

O ano de 1975 foi marcado de forma abrupta pela destruição. As vítimas (na maioria pescadores que moravam no local) se negavam a desocupar os imóveis, mesmo estando estes em área de risco. Alegavam não ter para onde ir e culpavam o governo por não ter tomado as providências cabíveis.

Alegando falta de condições por parte da municipalidade, em outubro de 1975, o então prefeito de São João da Barra Ernesto Barreto Ribeiro solicitou ao Governador do Estado Almirante Faria Lima auxílio do DER (Departamento de Estradas e Rodagem) do município de Campos, para construção de casas para os pescadores.

No ano de 1976, o mar deu seqüência ao processo de destruição iniciado em 1975. Pescadores do Pontal tiveram que buscar abrigo em casa de parentes, já que haviam abandonado suas casas em função da promessa do Governo do Estado em construir o conjunto habitacional.

Um fato novo se deu logo no início do ano. O exemplar do dia 17 de janeiro trazia a notícia do desabamento de uma casa, que pertencia, desta vez, a um veranista, Sílvio Navega. Neste momento, fica clara a mudança do panorama. Os veranistas, frente à ameaça da perda de seus imóveis (alguns suntuosos e de valor alto), vêm então cobrar providências do poder público.

Veranistas da área reclamam contra a inércia das autoridades e lembram que a construção de uma barragem de pedras seria a única solução para evitar que o mar continuasse avançando. Seria pelo menos um paliativo, enquanto não se decidisse por

um outro tipo de obra que pudesse ser definitiva [...] (**Monitor Campista** - Ano 143 Nº 12 – 17/01/76)

Mediante os sucessivos avanços do mar e a pressão exercida pela população (mais expressiva com a participação dos veranistas), o prefeito Ernesto Barreto Ribeiro decidiu solicitar auxílio ao Presidente da República, no sentido de solução para o problema da destruição, enviando-lhe um telegrama. O prefeito acrescentou:

[...] trata-se de um fenômeno cíclico e irreversível a menos que os órgãos competentes resolvam construir a barragem na foz do rio Paraíba. A prefeitura não dispõe de recursos para esta obra, agora é esperar uma providência ou então o desaparecimento do Pontal [...] (**Monitor Campista** - Ano 143 Nº 148 – 03/07/76).

Em 1977, o mar também não deu trégua. Durante todo o ano as reportagens trouxeram notícias da destruição. Logo em janeiro, o então Deputado Estadual Alberto Dauaire informou que o Pontal seria defendido dos constantes avanços do mar, com a construção de um dique. A obra foi apenas iniciada e jamais concluída. Segundo a reportagem do dia 28/01/1977, foram entregues as primeiras casas do conjunto habitacional às pessoas cadastradas.

A matéria do dia 5 de abril informou a destruição do posto de abastecimento de combustível que atendia aos barcos pesqueiros e anunciou, em seguida, a

construção de um novo posto (que existe ainda hoje) por parte da Companhia Ipiranga, perto da igreja de Nossa Senhora da Penha.

Seguindo os passos da destruição que tanto se fez presente nos anos de 1975, 1976 e 1977, prosseguiu-se a investigação analisando os exemplares do **Monitor Campista** ao longo do ano de 1978. Observou-se que, neste ano, cessaram os documentários sobre a destruição, o que se estendeu por alguns anos seguintes. Dado um espaço julgado coerente, investigou-se o início do ano de 1986 (exemplares de janeiro a maio). Novamente nenhuma matéria versava a respeito da destruição.

Decidiu-se, então, reiniciar a busca explorando os exemplares do ano de 1990. Neste período, fica claro o término da trégua dada pelo mar, com a incidência de sucessivos avanços.

A primeira notícia do ano de 1990 sinalizou a retomada do processo de destruição informando:

O mar voltou a castigar o Pontal de Atafona, destruindo mais três casas e ameaçando outras sete, todas de veraneio, localizadas na avenida Beira-Mar, conhecida como Avenida Atlântica. No local o mar provocou uma grande erosão e o Prefeito de São João da Barra, Genecy Mendonça, deverá pedir hoje ao Corpo de Bombeiros, uma inspeção no local o que poderá resultar na interdição de toda a área. Há 15 anos o mar vem castigando o pontal de Atafona. Neste período as águas tragaram uma grande vila de pescadores composta de dezenas de casas, três frigoríficos, peixarias, escola, posto

médico e até um posto de gasolina [...] (**Monitor Campista** – 30/01/1990)

A retomada do processo de destruição se deu com tal força, que, em maio de 1990, reuniram-se o comandante do 5º Grupamento de Incêndio de Campos, Coronel Magno Amoedo, e o Prefeito Genecy Mendonça com o objetivo de discutir a possibilidade de evacuação total da área do pontal de Atafona, o que não chegou a se concretizar.

Uma vez analisadas as reportagens do **Monitor Campista** sobre o assunto, em ordem cronológica, pode-se resumir o histórico da destruição da seguinte forma: o processo de erosão marinha começou a causar conseqüências drásticas por volta de 1975, estendendo-se pelos anos seguintes, 1976 e 1977.

Não se pode afirmar, no entanto, que o mar parou de provocar destruição exatamente em 1977. Alguns acontecimentos podem não ter sido registrados pelo jornal; casos isolados e esparsos podem ter ocorrido sem alarde.

Perante a análise do material, conclui-se que a trégua dada pelo mar estendeu-se até, aproximadamente, o ano de 1990, quando o mar reiniciou o avanço. Daí por diante, até os dias de hoje, constantes são as matérias jornalísticas (jornais diversos), além de reportagens via rádio e TV a respeito da erosão que resulta na destruição do balneário de Atafona.

Conforme dito anteriormente, a segunda etapa da pesquisa com material jornalístico compreendeu a análise de algumas outras matérias, publicadas em jornais diversos. Estas se mostraram relevantes no sentido de complementar a análise feita no material jornalístico do **Monitor Campista**. A grande diversidade de

fontes se deu pelo fato das matérias terem sido extraídas da biblioteca particular do médico campista Wellington Paes (já citado neste trabalho), onde se nota que o interesse maior consistia em reunir o máximo de matérias a respeito de Atafona, colhendo opiniões e informações diversas.

Percebe-se que, de modo geral, a veiculação das informações, principalmente no que diz respeito à destruição, confere com a apresentada pelo **Monitor Campista**. Algumas matérias vêm, no entanto, reforçar alguns aspectos.

Em 1977, em pleno auge do primeiro período de destruição, o comerciante Júlio Ferreira da Silva, proprietário do único supermercado de Atafona (na época) e em cima do qual vinha construindo um hotel, externou sua preocupação em relação ao avanço do mar e mencionou:

Posso adiantar ainda que pelo Plano Agache (Projeto urbanístico feito há anos para o balneário) a distância que separava o farol de sinalização do mar era da ordem de 161 metros e que, agora, não passa de 40 metros [...] (**A Notícia** – Campos –RJ -10/04/77).

Em vista de o **Monitor Campista** não ter apresentado notícias da destruição no ano de 1978, deduziu-se que houve um período de trégua por parte do mar. Analisando outros jornais, o fato se confirmou. Uma das matérias publicadas pelo jornal **Folha da Manhã** (25/07/78) menciona um recuo do mar que possibilitou a

recomposição de uma faixa de areia de aproximadamente 120 metros, que havia sido invadida pelo mar nos três anos anteriores. O mar continuou recuando por alguns anos seguintes. O jornal **A Notícia** apresentou, entre muitas outras, duas reportagens que atestam este recuo.

[...] para a maioria dos pescadores houve mesmo um milagre. Isto por que o mar estava prestes a derrubar a capelinha de Nossa Senhora dos Navegantes, chegando as águas a meio metro de distância e de repente, sem explicações, começou a recuar e hoje está a mais de 600 metros de distância [...] (**A Notícia** – campos –RJ- 20/09/81: “ O Pontal ressurge e com ele um dos lugares mais bonitos e românticos de Atafona”).

Nesta reportagem, o engenheiro de pesca Paulo da Silva Oliveira (que na ocasião já estava residindo em Atafona por dez anos) explicou que é característica de todos os pontais do litoral brasileiro essa inconstância no aumento e na diminuição de sua extensão de areia, justificando que o fato ocorre devido a fenômenos oceanográficos como fluxo e refluxo de marés, correntes marinhas, lençóis freáticos, etc.

Anos depois, a segunda matéria aborda novamente o recuo:

[...] mas de repente, sem que ninguém consiga explicar o 'fenômeno', Atafona ressurgiu. O mar parou de hostilizar o Pontal onde o luar das últimas noites compõe paisagens de sonho. E empresários resolveram fazer investimentos nas noites de Atafona, sob o ceticismo geral [...] (**A Notícia** – Campos RJ - 19/02/84- Página 3 - “A velha Atafona”).

No ano de 1990, matérias diversas surgiram novamente, indicando que o mar havia voltado a avançar. O jornal **Folha da Manhã** (Campos - RJ), em exemplar do dia 11 de março de 1990, informou que a COPE²⁸ enviaria novamente técnicos a Atafona com o objetivo de dar continuidade ao estudo iniciado no ano anterior. A matéria menciona, ainda, a necessidade da construção de um novo conjunto habitacional, em caráter de urgência, objetivando acomodar os desabrigados.

O caso de Atafona tomou tal proporção que, em 7 de maio de 1990, o **Jornal do Brasil** (Rio de Janeiro) publicou em sua capa a seguinte reportagem: “O mar invade Atafona: Casas e restaurantes já foram destruídos e Pontal pode ser cortado ao meio”. A reportagem cita, ainda, que a Igreja de Nossa Senhora dos Navegantes já estava cheia de areia e prestes a tombar.

Desde então, as notícias sobre Atafona constituem uma constante, visto que o processo de destruição não mais estacionou. As matérias mais recentes versam sobre estudos e pesquisas objetivando sempre a busca de uma solução para o processo.

²⁸ COPE –Programa de Engenharia Oceânica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

3.3 QUANTIFICANDO A DESTRUIÇÃO.

Não se conhece o número exato de imóveis destruídos pelo mar. Para a obtenção de um levantamento quantitativo da destruição que se aproximasse ao máximo da realidade, optou-se por trabalhar com informações de caráter oficial. Para tal, foi utilizada a planta de referência cadastral de Atafona (1º distrito do município de São João da Barra). Esta planta faz parte do Projeto denominado CIATA, de maio de 1990, o qual objetivava fazer um recadastramento das construções do balneário. Este material foi fornecido pela Secretaria Municipal de Obras da cidade de São João da Barra.

Na planta acima citada, identificamos claramente a área urbana do balneário de Atafona, com devida divisão de quadras e indicação de logradouros.

Em complemento, foram obtidas na Secretaria de Fazenda, também da cidade de São João da Barra, plantas cadastrais mostrando as quadras individualmente, contendo a divisão interna das mesmas, ou seja, lotes e a marcação de construções nos mesmos.

De posse da planta que mostra a malha urbana do balneário e das plantas individuais de cada quadra, foi possível elaborar um cruzamento de informações. Este cruzamento consistiu na contagem dos imóveis destruídos em cada quadra e,

posteriormente, a totalização dos mesmos. A utilização dessas plantas possibilitou também a conferência “in loco” das construções que não existem mais, e também as já atingidas que não foram totalmente destruídas. Mediante tal conferência, foi possível a construção de um mapa, o qual mostra a abrangência da destruição, até a realização do presente estudo.

Analisando cuidadosamente o mapa da destruição é possível identificar algumas construções relevantes que foram levadas pelo mar, como a Capelinha de Nossa Senhora dos Navegantes e a antiga cooperativa de pesca (Coopenorte). Chamamos atenção especial para a localização dos dois faróis de sinalização de barcos, o antigo e o atual. Percebe-se que o atual, implantado na época de sua construção em local seguro, já não se encontra mais completamente fora de perigo.

Ao todo, a soma das construções apresentadas nas plantas mencionadas resulta num total de 183 unidades já destruídas, distribuídas em 14 quadras atingidas até o ano de 2003. Localizando melhor a área atingida, pode-se dizer que a destruição afetou inicialmente o Pontal, e, nas duas últimas décadas, afetou as construções localizadas ao longo da Avenida Atlântica (beira-mar) e arredores. Em meio às inúmeras construções que foram destruídas, três merecem ser destacadas: o posto de combustíveis da Companhia Ipiranga, o qual atendia principalmente aos barcos de pesca; a igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, que para muitos pescadores era sinônimo de proteção; e, por último, o farol, responsável pela sinalização orientando barcos em alto-mar.

Vale lembrar, no entanto, que o material analisado computou apenas os imóveis cadastrados pela Secretaria de Fazenda. Considerando-se que muitas das casas de pescadores foram construídas precariamente (barracos de madeira) e provavelmente não foram regularizadas e devidamente cadastradas, conclui-se que o número de construções destruídas é obviamente muito superior as 183 quantificadas.

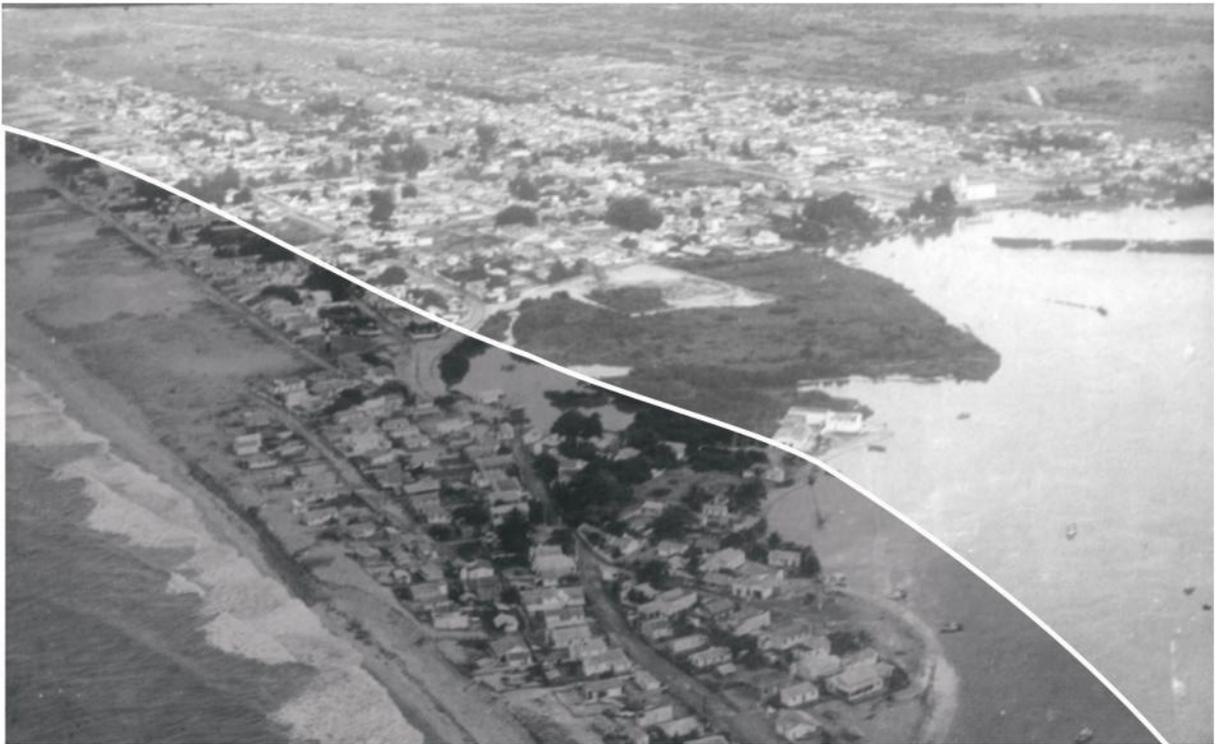
Segundo a reportagem já citada de Túlio Brandão (**O GLOBO** – 16/04/04 – p.25), a guerra travada entre o rio Paraíba do Sul e o mar de Atafona já destruiu cerca de 400 casas. Assim como nesta reportagem, em muitas outras encontramos números fazendo menção à quantidade de imóveis já destruídos. As opiniões são as mais diversas possíveis, principalmente se seguirmos as suposições dos moradores. Todos, no entanto, tentam quantificar a destruição empiricamente, pois não possuem suporte de informação de caráter oficial.

Mesmo diante dos dados obtidos em nossa pesquisa (efetuada com base em cadastramento oficial do município de São João da Barra), conclui-se que a quantificação exata dos imóveis destruídos não se faz possível, visto que a própria

documentação fornecida pela prefeitura do município, tida como oficial, apresenta lacunas que não podem ser preenchidas, pois muitas das informações se perderam com o tempo. Além disso, o número de construções atingidas é alterado constantemente, visto que o mar vem a cada dia expondo novas construções ao risco da destruição.

Explorando material fotográfico de períodos distintos pode-se observar de forma clara o desenvolvimento da destruição.

PROGRESSÃO DA DESTRUIÇÃO



FONTE: REPRODUÇÃO DE FOTO EXISTENTE NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BARRA, DE AUTORIA DESCONHECIDA. FOTÓGRAFO CARLOS ALVES
- CAMPOS RJ - SEM DATA



FONTE: FOTÓGRAFO CARLOS ALVES - CAMPOS RJ - 2004

LEGENDA:  ÁREA JÁ TOMADA PELO MAR

PROGRESSÃO DA DESTRUIÇÃO (1996 - 2004)



FONTE: FOTÓGRAFO CARLOS ALVES - CAMPOS RJ - 1996



FONTE: FOTÓGRAFO CARLOS ALVES - CAMPOS RJ - 2004

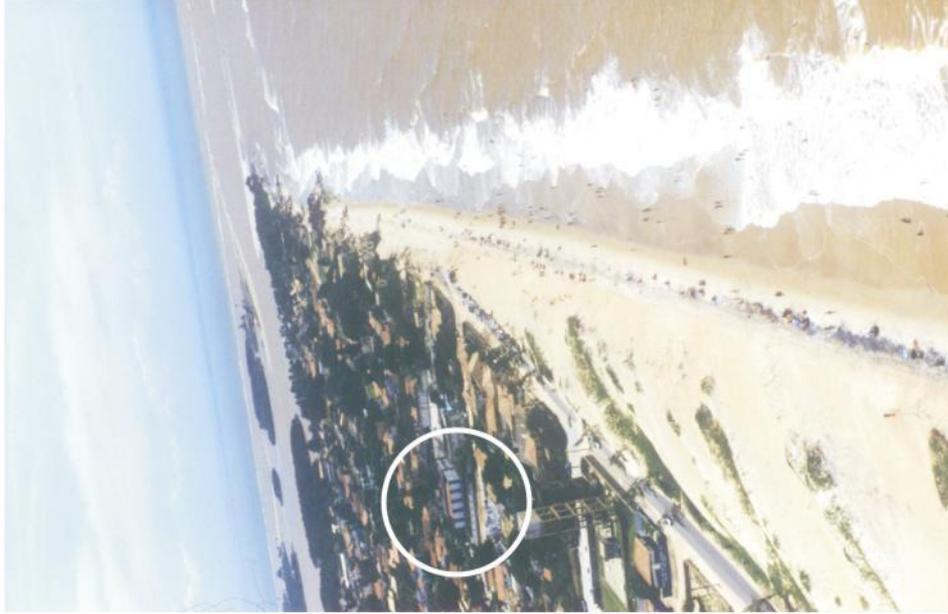
LEGENDA:  ÁREA JÁ TOMADA PELO MAR

OBS: AS CONSTRUÇÕES EM DESTAQUE SÃO AS MESMAS NOS DOIS PERÍODOS

PROGRESSÃO DA DESTRUIÇÃO
(1996 - 2004)



FONTE: FOTÓGRAFO CARLOS ALVES
- CAMPOS RJ - 1996



FONTE: FOTÓGRAFO CARLOS ALVES
- CAMPOS RJ - 2004

LEGENDA:  **ÁREA JÁ TOMADA PELO MAR**

OBS: AS CONSTRUÇÕES EM DESTAQUE SÃO AS MESMAS NOS DOIS PERÍODOS

PROGRESSÃO DA DESTRUIÇÃO (1996 - 2004)



FONTE: FOTÓGRAFO CARLOS ALVES - CAMPOS RJ - 1996



FONTE: FOTÓGRAFO CARLOS ALVES - CAMPOS RJ - 2004

LEGENDA:  ÁREA JÁ TOMADA PELO MAR

OBS: AS CONSTRUÇÕES EM DESTAQUE SÃO AS MESMAS NOS DOIS PERÍODOS

4 UM BALANÇO DA DESTRUÇÃO.

4.1 OS PERSONAGENS: MORADORES E VERANISTAS.

No Balneário de Atafona, a população se constitui de dois grupos de naturezas bastante distintas. Os personagens deste contexto se dividem entre moradores (na maioria pescadores) e veranistas. Em proporções aproximadas, pode-se dizer que o primeiro grupo corresponde a 30% da população enquanto os veranistas correspondem a 70% (segundo dados obtidos na Secretaria de Fazenda do Município).

Os integrantes do grupo dos moradores, salvo exceções, se caracterizam por vários fatores, entre eles: o baixo poder aquisitivo, o baixo grau de escolaridade (em alguns casos analfabetismo), escassa oportunidade de trabalho diferente da pesca e, sobretudo, pelo desgaste físico, estampado na pele maltratada pelo sol²⁹.

Enquanto os homens se dedicam à pescaria propriamente dita (em alto-mar, a bordo de barcos pesqueiros), as mulheres sempre que possível se encaixam em atividades ligadas à pesca, seja limpando peixes em frigoríficos, catando caranguejos ou descascando camarões. Muitos dos homens que, por algum motivo, não podem mais trabalhar diretamente nos barcos se dedicam ao remendo de redes de pesca. A antiga técnica manual de confecção de redes encontra-se quase extinta,

²⁹ Atualmente algumas famílias, que residem em Atafona, não são originárias do local, tendo vindo de cidades como São João da Barra e Campos. Estas famílias somam um número reduzido e não se encaixam nessas características.

devido ao processo de industrialização, que acaba por oferecer um produto mais em conta, resultado da produção em série.

Um grupo bastante reduzido de pessoas desenvolve atividades dissociadas da pesca, como artesanato, doces caseiros, comércio e outros. Resumindo, este primeiro grupo se mostra, até certo ponto, tolhido de melhores oportunidades, uma vez que o baixo grau de instrução, aliado ao baixo poder aquisitivo, impede o crescimento profissional de seus integrantes. Os lucros obtidos são quase que totalmente comprometidos com o sustento da família, não existindo capital para investimentos, como por exemplo, a criação de micro empresas, principalmente no ramo da produção de doces.

Mediante visitas ao local, constatou-se, ainda, que ocorre o envolvimento de vários membros da família na atividade pesqueira. Isto se dá em um processo contínuo onde os ensinamentos são passados de pai para filho. Diante das dificuldades financeiras, muitos adolescentes se dedicam cedo ao trabalho, ficando o estudo em segundo plano³⁰.

As dificuldades são inúmeras. Conforme já demonstrado anteriormente, muitos pescadores que estão na ativa não têm situação regularizada e não são cadastrados na colônia de pesca. Visitando o local e entrevistando os mesmos, constatou-se que muitos dos que não fazem parte da colônia se encontram nesta situação por falta de documentação e de dinheiro. Este fato implica imediatamente em impedimento no recebimento dos benefícios oferecidos pela colônia, entre eles, auxílio-doença e auxílio financeiro em ocasiões de defeso do camarão. Vale lembrar que, após grande período de decadência, a colônia dos pescadores se reergueu com auxílio do poder público municipal.

Para muitos dos pescadores, as perspectivas de crescimento são reduzidas, uma vez que estes não são proprietários dos barcos em que pescam, trabalhando neles como empregados.

³⁰ Para maior conhecimento sobre o modo de vida dos pescadores e a visão do mundo por parte dos mesmos, consultar MALDONADO (1994).

A atividade pesqueira, embora esteja diretamente ligada à natureza, ou seja, onde um dia nunca é igual a outro, estabelece uma determinada rotina. O dia de trabalho se inicia bastante cedo. Antes mesmo do sol nascer, os pescadores rumam ao cais, para mais uma batalha. Alguns barcos passam o dia no mar e retornam geralmente à tarde, antes de escurecer, quando descarregam o pescado diretamente nos frigoríficos. Há, no entanto, pescarias que duram períodos maiores, em que os pescadores levam dias em alto-mar.

No período em que os pescadores encontram-se em terra, o expediente é dedicado aos cuidados e manutenção da embarcação, assim como no reparo do próprio equipamento pesqueiro.

A pesca predomina no local há gerações. Conforme citado no primeiro capítulo, em 1973, aproximadamente 150 barcos já atuavam na região, e os três frigoríficos existentes tinham capacidade para estocar o equivalente a 3,5 toneladas de pescado por dia.

O segundo grupo, que constitui a população atingida em cheio pela destruição, é composto de veranistas e se encontra em uma condição social extremamente distinta do primeiro grupo. Isto se deve a vários fatores. Em primeiro lugar, são pessoas que não habitam o local por períodos contínuos. Representando aproximadamente 70% da população local, os veranistas se originam principalmente da cidade de Campos. Outros (em número reduzido) vêm de cidades maiores como Rio de Janeiro, Niterói e São Paulo. São geralmente famílias constituídas de mais de uma geração. As gerações mais novas herdaram os imóveis das gerações mais velhas. Em segundo lugar, apresentam poder aquisitivo muito mais elevado, que por sua vez espelha maior grau de instrução, e também melhores oportunidades de trabalho. Como reflexo lógico desses fatores, as residências de propriedade dos personagens deste grupo também diferem, seja por esmero arquitetônico, pelo porte, pela suntuosidade dos materiais ou simplesmente pela localização em áreas

privilegiadas como, por exemplo, a Avenida Atlântica (esta se localiza ao longo da beira-mar; seu prolongamento resulta na estrada que liga o Balneário de Atafona à praia de Grussaí).

Embora haja tantas diferenças entre os dois grupos, a convivência entre eles se dá de forma amena. Para os moradores locais, os períodos de veraneio representam uma época de bons negócios. Muitos aproveitam para “engrossar” o faturamento com a visita oportuna de veranistas e turistas. Durante a temporada de verão, principalmente nos finais de semana, as peixarias ficam lotadas. A grande oferta de peixes e frutos do mar atrai veranistas e turistas, que têm a oportunidade de comprar o produto fresco, muitas vezes chegando dos barcos na hora.

Há também ambulantes que vão de casa em casa oferecendo seus produtos. É comum ver pelas ruas de Atafona homens geralmente de bicicleta gritando: “Camarão vivo! Olha eu camarão!”. Assim como o camarão, são vendidas frutas como caju e ingá, o tradicional picolé de São João da Barra (fábrica N.Silva), o bolinho de arroz e também diversos doces, como a famosa goiabada cascão, o bombocado e o puxa-puxa (confeccionado com caldo de cana).

Para os veranistas e turistas, a convivência com os “praianos” também se constitui de momentos ímpares. O que encanta estas pessoas é exatamente o modo de vida extremamente simples e distinto do seu cotidiano. Estes parecem querer resgatar (mesmo que por pouco tempo) a qualidade de vida e a tranquilidade, perdidas em consequência do desenvolvimento e superlotação das cidades. A rusticidade e a tranquilidade são os principais atrativos.

Faz-se óbvia a distinção dos reflexos sofridos por cada grupo, uma vez que estes se encontram inseridos em contextos sociais distintos.

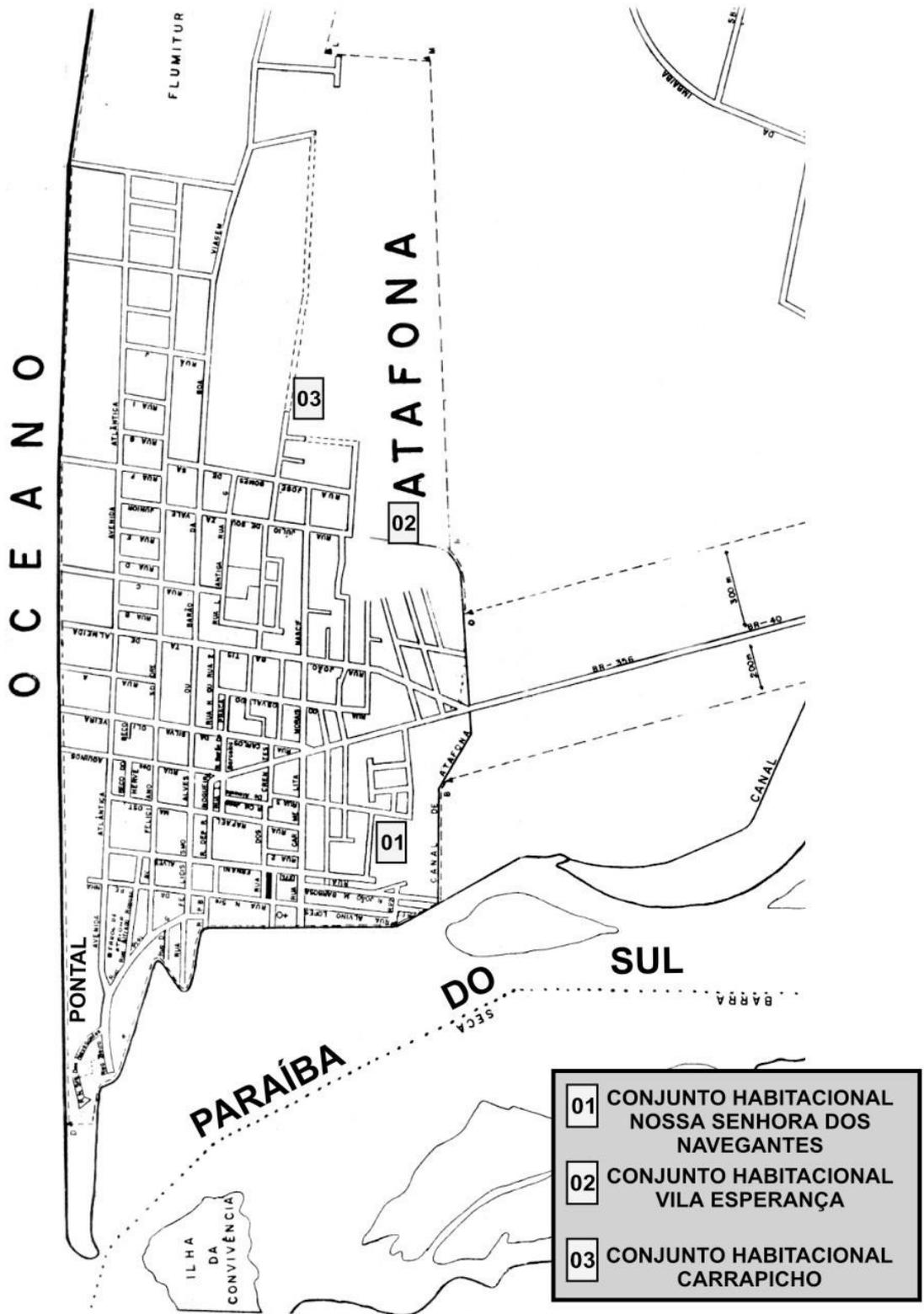
4.2 PESCADORES: OS CONJUNTOS HABITACIONAIS.

O primeiro passo foi descobrir o paradeiro dos moradores que tiveram seus imóveis tomados pelo mar, para que se pudesse resgatar o histórico do processo. Foi, então, que mediante visitas ao local, foram obtidas informações de que algumas famílias que tiveram seus imóveis destruídos foram remanejadas para conjuntos habitacionais, e outras muitas tiveram que buscar abrigo em casa de parentes. Constatou-se, ainda, que diversas famílias se encontram em áreas que serão brevemente atingidas pelo mar, mas não desocupam as casas alegando não terem para onde ir.

As ações desempenhadas pelo poder público serão apresentadas mais adiante, nas considerações finais, onde serão mostrados os procedimentos adotados pelas diversas secretarias que compõem o poder municipal. No entanto, para que se compreenda o reflexo da destruição na vida dos pescadores, faz-se imprescindível, neste momento, abordar a construção dos três conjuntos habitacionais que se destinaram a acomodar os desabrigados da destruição.

Para que a caracterização dos conjuntos habitacionais seja compreendida de forma clara, principalmente sob o aspecto da localização, foi elaborado um mapa objetivando situar cada um deles na localidade de Atafona.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO - CONJUNTOS HABITACIONAIS



Antes porém de caracterizarmos os conjuntos habitacionais construídos no Balneário de Atafona, é importante destacar, mesmo que de modo sucinto, algumas tendências que marcaram o desenvolvimento da produção de habitação popular no nosso país, e particularmente, a questão dos conjuntos habitacionais.

O tema habitação só passou a ter importância para os arquitetos na emergência da arquitetura moderna. A educação das classes populares, por meio da arquitetura, surgia nos discursos dos técnicos encarregados da implementação de conjuntos habitacionais. Esta educação se baseava na mudança do modo de viver, que aconteceria com a convivência dos moradores em edifícios coletivos, estes dotados de equipamentos sociais e comunitários. A arquitetura e o urbanismo tornaram-se indissociáveis. Criticavam-se as soluções com base na moradia individual, construída em centro de terreno, mediante alegação de que isto resultaria em expansão horizontal da cidade, uma opção muito mais onerosa.

Segundo Bonduki (1999), no Brasil houve uma incorporação apenas parcial dos princípios da arquitetura moderna na produção de habitação social. O movimento moderno buscava compatibilizar “economia, prática, técnica e estética” (Ferreira, 1940 apud Bonduki, 1999), evitando que o resultado econômico se desligasse da busca da qualidade arquitetônica e urbanística, além da renovação do modo de morar, com a valorização do espaço público. Bonduki lembra que a incorporação parcial dos princípios da arquitetura moderna gerou o empobrecimento gradativo dos projetos habitacionais, ainda no final do período dos IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensões), chegando ao seu clímax na massiva produção implementada pelo BNH a partir de 1964. Neste período, ocorreu o divórcio entre a arquitetura e a habitação social, quando se manifestou a busca cega pela redução dos custos, sem se levar em conta as outras perspectivas propostas pela arquitetura moderna. Assim, este autor chama a atenção para a produção de alguns conjuntos realizados no período anterior a 1964 (nas origens da habitação social no Brasil),

sugerindo que as ácidas críticas feitas de maneira geral aos conjuntos de inspiração moderna sejam reavaliadas.

Concluiu-se, no entanto, que a opção de moradia individual, tão criticada pelos arquitetos e outros profissionais no âmbito dos IAPs, parece ter sido melhor aceita do que as propostas da arquitetura moderna. As propostas dos conjuntos habitacionais, gerados com base na arquitetura moderna, foram sendo gradativamente desativadas e destruídas, o que indica a preferência dos moradores por um padrão mais conservador, voltado para o espaço privado.

Nos anos mais recentes, o individualismo e o espaço privado ganharam força, aumentados pelo crescimento da violência urbana e da segregação espacial.

Com o fim do BNH, em 1986, e posteriormente a desestruturação da política habitacional em nível nacional, novas perspectivas se abriram, não obstante a sensível redução de recursos. Princípios que haviam sido consolidados no período da ditadura militar, pela ação do BNH, começaram a ser contestados e revistos.

Assim, nos anos 80, aumentaram as críticas à ação do Governo Federal na área da habitação, e aos diferentes aspectos do modelo central-desenvolvimentista. A defesa do desenvolvimento sustentável ganhou ênfase, com base na participação comunitária e no respeito ao meio ambiente. Iniciou-se, então, um longo processo de transição para novas propostas de gestão urbana.

A formulação de um novo ideário de políticas urbana -capaz de substituir aquele que começou a ser engendrado no período Vargas- é, no entanto, um processo longo e demorado, que somente consolidar-se-á depois que muitas experiências ou práticas com outras perspectivas forem conhecidas, avaliadas e aperfeiçoadas. De qualquer maneira,

esta nova forma de enfrentar a questão habitacional ganha grande relevância no momento em que urge construir alternativas aos modelos de Estado interventor, típico do modelo central-desenvolvimentista, desenvolvido na era Vargas, e do Estado mínimo de cunho neoliberal, omissos frente a suas responsabilidades com a qualidade de vida dos cidadãos [...] (BONDUKI, 1999. p.322).

No caso do Balneário de Atafona, os três conjuntos habitacionais construídos seguiram o modelo de moradia individual, onde cada casa ocupa um lote. As informações que a seguir serão apresentadas foram obtidas na Secretaria de Obras do município de São João da Barra, onde entrevistei a arquiteta Liliane Fernandes Pinheiro (em 02/10/03), e também em entrevistas efetuadas a moradores do local.

O primeiro conjunto habitacional a ser construído foi o que recebe o nome de Conjunto Habitacional Nossa Senhora dos Navegantes (popularmente chamado de CEHAB, por estar localizado no bairro assim denominado). O conjunto é composto de, aproximadamente, 65 casas. As obras de infra-estrutura foram iniciadas em 1975, mas a conclusão da obra, com a entrega das casas, só aconteceu em 1977³¹. A construção do conjunto aconteceu mediante parceria entre o Governo Estadual (através da Companhia Estadual de Habitação) e o Governo Federal. O conjunto de casas localiza-se em área próxima à BR-356 (que liga a cidade de Campos a Atafona), e encontra-se ao lado do canal de Atafona, o qual possibilita o acesso de barcos de pesca e a atracação dos mesmos (ver mapa de localização dos conjuntos

³¹ **Monitor Campista**, 28/01/77 -Ano 144 N° 22 –Capa: “Pescadores vão receber casas hoje em Atafona”.

habitacionais). O projeto atendeu às características de moradia de pescadores, sendo as casas dotadas de varanda para estender redes de pesca para secagem e também conserto das mesmas. As unidades habitacionais se compõem (na sua maioria) de um quarto, cozinha e banheiro. Somente algumas unidades contêm dois quartos.



Conjunto Habitacional Nossa Senhora dos Navegantes

Fonte: Márcia Hissa -2004

O segundo conjunto habitacional construído recebeu o nome de Vila Esperança. A construção do mesmo também se deu mediante parceria, unindo desta vez as três esferas do Governo. Atuaram, então, a CEHAB, através de repasse de verba do Governo Federal para o Estadual, e a Prefeitura Municipal. A

construção das casas teve início em 1997; ao todo, foram erguidas 53 casas. A conclusão da obra, com a entrega das chaves, ocorreu somente em 2000.

As unidades habitacionais deste conjunto se assemelham ao padrão CEHAB, sendo compostas de um cômodo (quarto/sala), cozinha pequena e banheiro. No entanto, estas unidades não contemplam varanda.

Este conjunto habitacional também se localiza perto do prolongamento do canal Atafona, porém do lado oposto ao conjunto da CEHAB, tomando como referência a BR 356, que interrompe o acesso dos barcos, estando o canal neste trecho passando sob a pista. Neste caso, a proximidade do canal não traz benefícios aos pescadores, como acontece no conjunto Nossa Senhora dos Navegantes, uma vez que o acesso dos barcos não se faz possível. A grande quantidade de mato nas margens do canal propicia a proliferação de mosquitos e outras doenças.



Conjunto Habitacional Vila Esperança

Fonte : Márcia Hissa –2004

O terceiro e último conjunto habitacional construído com o objetivo de acomodar os desabrigados da destruição foi o denominado Carrapicho.

Este conjunto se localiza em uma rua paralela à rua Barão de Boa Viagem, como pode ser identificado no mapa de localização dos conjuntos habitacionais. A construção aconteceu por iniciativa da Prefeitura Municipal de São João da Barra com recursos do OGU (Orçamento Geral da União). Esta obra esteve inserida no programa Habitar Brasil. O início da construção se deu em 1997 e a conclusão aconteceu em 1998.

Ao todo, foram construídas 20 casas, comportando, cada uma, um cômodo (sala/quarto), cozinha pequena e banheiro.

Feita a apresentação e caracterização de cada conjunto habitacional; passaremos, agora, ao relato e à análise dos dados colhidos nas entrevistas aos moradores dos três conjuntos. Para a coleta de dados aplicou-se um questionário. Dentre as indagações mais importantes estavam a localização da casa tomada pelo mar e os aspectos positivos e negativos oriundos do remanejamento para o conjunto habitacional.



Conjunto Habitacional Carrapicho

Fonte: Márcia Hissa 2004

CONJUNTO HABITACIONAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES.

Neste conjunto, efetuou-se entrevista com nove famílias, sendo a amostra equivalente a, aproximadamente, 14% das residências.

A maior parte das famílias deste conjunto apresentou como local de moradia anterior a Ilha de Convivência. Apenas algumas famílias declararam terem vindo do Pontal. Uma vez reunidas todas as respostas dos questionários para análise, concluiu-se que, para estes pescadores, a construção deste conjunto aconteceu como uma bênção. A satisfação pode ser considerada como unânime.

Dentre os aspectos positivos captados, destacam-se dois: em primeiro lugar, a tranquilidade de estar longe da ameaça do mar; e, em segundo lugar, o fato de não ser mais necessária a travessia que se fazia da ilha para Atafona, o que se traduzia em um transtorno, principalmente por ocasião do transporte de pessoas doentes. Além destes dois aspectos, muitos outros pontos positivos merecem ser mencionados: as boas condições de infra-estrutura, acompanhadas da salubridade, são citadas por todos os entrevistados. Muitos relatam que a unidade habitacional recebida, embora pequena, proporciona mais conforto, sendo de qualidade muito superior ao imóvel tomado pelo mar (alguns eram barracos de madeira com cobertura em palha).

Outro ponto positivo para este conjunto é a facilidade de acesso ao comércio, à escola e também à cidade de São João da Barra, com grande oferta de serviços.

Alguns pescadores informaram, ainda, que a venda dos pescados também mudou para melhor. Anteriormente, o produto da pesca era quase todo vendido para Gargaú³². A proximidade dos frigoríficos de Atafona proporcionou esta melhora.

Conforme já dito, o grande privilégio deste conjunto habitacional está na sua localização. Por intermédio do canal de Atafona, os barcos são atracados praticamente na porta de casa. Os pescadores valorizam por demais este aspecto, pelo fato de poderem embarcar sem ter que cair na água. A construção do cais foi feita de modo que o barco chega até a área pavimentada, em um determinado nível, onde o pescador sai desta área e consegue embarcar sem ter contato com a água. O pescador Elton Jones Batista (30 anos) deixa registrada sua satisfação: “Os barcos ficam na porta! No valão! A pessoa tinha que acordar cedo, quente da cama e entrar na água”. O companheiro ao seu lado, Jamil Barreto Pedra (48 anos), complementou: “Vir para cá foi uma grande coisa!”.

Neste conjunto habitacional, as unidades não foram doadas, tendo o processo evoluído da seguinte forma: a CEHAB cedeu as casas, mediante a assinatura de contrato de compra e venda, na qual cada candidato à compra deveria pagar uma determinada quantia mensal durante um período aproximado de 20 anos e, após a quitação, receberia o título de propriedade. Segundo um dos moradores entrevistados, a quantia mensal cobrada não representava nenhum absurdo, equivalendo hoje, aproximadamente, a R\$ 10,00 (dez reais). Informou, ainda, que o pagamento das mensalidades era efetuado no escritório da CEHAB em Campos, e quando o mesmo não era efetuado, vinha então pelo correio o boleto para ser pago no banco.

³² Gargaú é uma praia situada à margem esquerda do rio Paraíba do Sul que, até 1986, pertencia ao município de São João da Barra. Hoje, depois do processo de emancipação, faz parte do município de São Francisco do Itabapoana.

Mesmo tendo quitado o pagamento, alguns moradores afirmam não terem recebido até hoje a escritura definitiva do imóvel.

CONJUNTO HABITACIONAL VILA ESPERANÇA.

O segundo conjunto habitacional visitado foi a Vila Esperança. Neste, a amostra de famílias entrevistadas corresponde a 30% do total, ou seja, foram entrevistadas 15 famílias. Ao contrário do conjunto Nossa Senhora dos Navegantes, as unidades habitacionais foram cedidas às famílias sem qualquer ônus. Estas famílias afirmam também não possuírem título de propriedade, possuindo apenas um documento que atesta o recebimento do imóvel e também dita algumas regras quanto à utilização, proibindo locação, repasse ou má utilização, sob pena de devolução do mesmo.

De acordo com informações fornecidas pelo chefe de cadastro do município de São João da Barra, os moradores não possuem título de propriedade, pois o objetivo da prefeitura foi fornecer o imóvel apenas com permissão de uso, que contemplasse também o uso hereditário. Desta forma, a prefeitura faz com que o usuário tenha que devolver a casa caso não necessite mais dela. Isso evitaria a venda do imóvel, permitindo à prefeitura abrigar outra família necessitada.

A maior parte das famílias que reside neste conjunto tem como origem o Pontal. Quanto à casa recebida, as opiniões se dividem. Entre os entrevistados, 50% considera a casa recebida como sendo melhor que a que foi destruída; os outros 50% consideram pior. Nesta classificação, foram levados em conta a localização, a própria estrutura construtiva da casa e, principalmente, seu tamanho. Alguns

alegam que na época do remanejamento foi possível acomodar a família, mas de modo “muito imprensado”.

Segundo os entrevistados, mediante os sucessivos avanços do mar (em ritmo acelerado) a prefeitura construiu inicialmente barracos de madeira no terreno destinado a este conjunto habitacional. Esta medida foi adotada como paliativo, objetivando abrigar, em caráter de emergência, as famílias atingidas, enquanto as casas para ali projetadas não fossem erguidas.

Na Vila Esperança, os aspectos positivos e negativos parecem caminhar juntos, na opinião dos moradores. Como no primeiro conjunto, a vantagem, maior e incontestável, é estar protegido do avanço do mar. O fator infra-estrutura também se destaca. O fato de morar em um local com ruas pavimentadas, luz, água e esgoto faz com que o cidadão se sinta mais digno.

No consenso geral, entre os entrevistados, a localização do conjunto se traduz no maior problema. A distância do mesmo ao local de chegada dos barcos e frigoríficos influencia imediatamente a rotina da atividade pesqueira que mantém a população. Acordar de madrugada e chegar até o local onde ficam atracados os barcos já se constitui o primeiro transtorno. Pessoas que sobrevivem de outras atividades ligadas à pesca, como catação de caranguejos, descasque de camarão e também limpeza de peixes (principalmente mulheres) alegam que, com o remanejamento para o conjunto habitacional, as oportunidades de trabalho ficaram bastante reduzidas. De uma forma lógica, quem acompanha de perto a chegada dos barcos tem maior acesso aos serviços.

Para quem sobrevive do remendo de redes a situação também piorou. Além da diminuição do volume de serviço, o transporte das redes arrebetadas até o conjunto necessita ser feito por meio de carroças, que, por sua vez, cobram frete, fazendo com que o lucro acabe reduzido.

Alguns entrevistados relataram ainda que, quando moravam no Pontal, sempre ganhavam peixes para o consumo da família, algumas vezes dos frigoríficos, outras dos próprios barcos. Com a mudança de local, isto diminuiu bastante.

Alguns problemas relacionados ao convívio social também foram levantados. Por se tratar de um local um pouco reservado de outros bairros, as crianças não têm muita oportunidade de lazer (existindo apenas um campinho de areia no local), ficando as mesmas concentradas na rua principal do conjunto. Algumas mães alegaram dificuldade em controlar as crianças, que, com o convívio diário com muitas outras crianças educadas de modo distinto, acabam aprendendo “coisas erradas”, como palavrões, ficando mais agressivas.

A própria concentração e a disposição das residências acabam permitindo que todos saibam da vida de todos, ocasionando fofocas e discussões.

CONJUNTO HABITACIONAL CARRAPICHO.

Este foi o terceiro conjunto a ser visitado, e seis famílias foram entrevistadas, correspondendo a 30% do total. Algumas das famílias são oriundas do Pontal e outras não (o que será esclarecido mais adiante). Este conjunto contém apenas 20 casas e estas se encontram dispostas uma ao lado da outra em uma única rua. As famílias, assim como na Vila Esperança, também receberam os imóveis gratuitamente, não como doação, mas apenas com permissão de uso. Dos entrevistados, a maioria considera a casa recebida melhor que a antiga. Assim como nos outros conjuntos, estar longe da ameaça de destruição por parte do mar é a maior vantagem. O fato de existir escola primária perto também é um ponto positivo.

No caso deste conjunto, a localização também representa o fator que gera mais problemas.

As queixas estão, sempre de alguma forma, relacionadas à distância. Como apresentado na Vila Esperança, neste conjunto também a distância do local de chegada dos barcos e dos frigoríficos resulta na diminuição das oportunidades de trabalho. A dificuldade de acesso a compras, assim como a escassez de condução, são pontos negativos.

Quanto ao aspecto urbanístico, a arborização pode ser considerada inexistente, o que torna o lugar quente e árido, o que, associado à falta de pavimentação (gerando muita poeira), resulta em problemas de saúde como alergia e rinite.

Fatores como “fofoca” e “intrometimento” são mencionados também neste conjunto, espelhando como se dá o convívio social.

4.2.1 OBSERVAÇÕES GERAIS.

Analisando em conjunto os formulários provenientes da pesquisa nos três conjuntos habitacionais, pode ser feita uma comparação do comportamento e do grau de satisfação de cada grupo.

Percebe-se que os residentes do conjunto habitacional Nossa Senhora dos Navegantes se mostram muito mais felizes que os residentes dos outros conjuntos. Estes, de modo distinto ao que aconteceu nos outros conjuntos, pagaram pelos imóveis recebidos e se consideram donos dos mesmos, tendo como garantia o contrato de compra e venda e os recibos referentes às mensalidades pagas. Nos outros casos, os moradores possuem apenas documento de permissão de uso e não título de propriedade.

No entanto, os moradores de todos os conjuntos, sem exceção, são agradecidos pelo recebimento do imóvel, principalmente pelo fato de estarem protegidos dos avanços do mar. O que faz variar o grau de satisfação é a localização do conjunto. Este fator influencia diretamente na convivência social, no acesso a serviços e, principalmente, nas atividades de trabalho do cotidiano.

Para as famílias que conseguiram casas nos conjuntos habitacionais, a demanda por habitação foi suprida. No entanto, ainda são necessárias outras formas de auxílio para que os problemas sociais sejam erradicados como, por exemplo: alternativas de transporte, escolas, creches e aumento da abrangência de projetos e programas sociais como a Bolsa Escola e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil).

Constatou-se que a grande maioria dos pescadores que não faz parte da Colônia de Pescadores não o faz por falta de verba ou de documentação. Uma ação social por parte do poder público poderia mudar este quadro sem grandes despesas.

Um outro fato foi constatado no processo de entrevistas. Durante as visitas às famílias, descobriu-se que nem sempre a família que ocupa a casa é a que recebeu o imóvel do governo. Embora as casas tenham sido concedidas mediante algumas exigências, como proibição de locação e venda, algumas

transações deste tipo foram efetuadas. Existe caso em que o imóvel foi vendido ou trocado por outro imóvel em outro conjunto habitacional, ou ainda caso em que o imóvel foi trocado por outro bem, como por exemplo, um automóvel.

Situação mais séria foi registrada quando se descobriu que determinadas pessoas que habitam imóveis em alguns dos conjuntos não são de fato vítimas da destruição, e sim provenientes de outra cidade. Segundo informações da Secretaria Municipal de Obras, este fato ocorre porque pessoas ficam sabendo que o governo vai “doar” casas e se instalam em casas abandonadas ou barracos em área de risco, para poderem entrar no cadastro de famílias carentes de habitação. Conclui-se então que, para que estes problemas relatados sejam evitados e solucionados, é necessário que se empregue um processo de fiscalização que seja rotineiro e periódico, o qual não existe hoje.

Mesmo com a construção dos três conjuntos habitacionais mencionados, o problema de habitação local não foi de todo solucionado, pelo contrário. Se na época da conclusão dos conjuntos o *déficit* de unidades habitacionais já se fazia muito maior do que o número de casas construídas, a situação de hoje é infinitamente pior, visto que o avanço do mar vem a cada dia fazendo mais vítimas. Segundo informações obtidas na Secretaria Municipal de Ação Social, a lista de espera para o recebimento de casas populares gira em torno de 600 solicitações, o que dá ao problema um aspecto preocupante.

4.3 VERANISTAS: LEMBRANÇAS DE TEMPOS FELIZES.

Uma vez narrados os reflexos da destruição sobre o grupo de moradores, passaremos agora para a análise dos reflexos sofridos pelo grupo composto de

veranistas. Este grupo, embora localizado em um contexto social completamente distinto do anterior, está ligado ao mesmo pela erosão e pela perda.

No grupo dos pescadores, os imóveis eram, na sua maioria, de baixo valor venal (em alguns casos barracos de madeira). Isto não vem de modo algum minimizar as perdas deste grupo. Os integrantes do mesmo, além de perderem seus “tetos”, tiveram perdas no trabalho e também na qualidade de vida. No entanto, algumas famílias puderam amenizar um pouco a perda quando receberam os imóveis nos conjuntos habitacionais.

E quanto aos veranistas? Se computássemos as perdas pelo valor venal dos imóveis, as cifras seriam altíssimas. Existem casos em que a residência de veraneio é melhor que a própria casa da cidade. Alguns investem em casas contendo área de lazer, incluindo piscina, churrasqueira e, às vezes, até quadra para prática de esportes.

Os integrantes deste grupo não perderam apenas sua opção de veraneio, mas tiveram também perdas sentimentais. Para que as perdas dos integrantes deste grupo pudessem ser devidamente relatadas, foram efetuadas entrevistas a dez veranistas que tiveram seus imóveis tomados pelo mar. Também neste grupo, as entrevistas aconteceram mediante a aplicação de questionário, onde as perguntas e respostas aconteceram verbalmente. Dentre as indagações mais importantes estão o que significou a perda do imóvel, qual a atual opção de veraneio, se já adquiriu outro imóvel de veraneio e, ainda, o que esperava que pudesse ser feito pelo poder público.

Os veranistas entrevistados possuíam imóveis localizados nas imediações do pontal. A perda dos imóveis dos mesmos se deu entre 1975 e 2002. Analisando as entrevistas em conjunto, percebe-se que os imóveis destruídos eram de tamanho considerável, nunca possuindo menos de três quartos. Em um dos

casos, o veranista adquiriu quatro unidades no único edifício de Atafona, denominado “Prédio do Julinho” (que seria um hotel) e transformou-as em um belo apartamento³³.

Os entrevistados relataram que as casas eram bastante utilizadas, alguns preferiam as férias de verão e inverno, e outros tinham o costume de freqüentar o balneário quase todos os finais de semana. Além dos proprietários, as casas ficavam repletas de amigos e parentes, próximos e de outras cidades.

Foi feita uma estimativa pelos próprios veranistas, acerca do valor dos imóveis destruídos. Segundo os mesmos, fora do contexto de invasão do mar, os imóveis poderiam ser avaliados hoje numa faixa que varia de R\$ 40 mil a R\$ 70 mil reais. Destas dez famílias, apenas duas adquiriram um outro imóvel de veraneio em Atafona. As demais alternam entre casas alugadas, casas de parentes e pousadas.

É unânime a admiração dos entrevistados pelo Balneário de Atafona. Todos mencionam a perda material como um fato lastimável, mas o fator sentimental se sobressai ao primeiro. Quando foi perguntado o que significou a destruição do imóvel, fora a parte financeira, as respostas foram surpreendentes. Todos, sem exceção, efetuaram viagens ao passado, lembrando-se da criação dos filhos, das brincadeiras inocentes, do convívio com a vizinhança e, principalmente, a valorização da simplicidade do local. Entre as diversões, destacaram-se os piqueniques no pontal, as lagoinhas que se formavam também no pontal, as serenatas de casa em casa, os jogos de Jongo (organizados pela folclorista Ana Augusta Rodrigues), as quermesses da igreja de Nossa Senhora dos Navegantes, os mascarados no carnaval e a pescaria noturna. Era também

³³ Este prédio ainda existe, na esquina das ruas Feliciano Sodré e Nossa Senhora da Penha, mas encontra-se condenado pela Defesa Civil.

costume, em dias em que faltava luz, colocar esteiras na areia na frente da casa para apreciar a beleza do céu estrelado (que por mais simples que possa parecer, proporciona um espetáculo).

Mesmo conformada, aceitando a perda como uma consequência da vida, ou um capricho da natureza, uma veranista desabafou: "Atafona está inteirinha dentro de mim. Eu fico emocionada e tenho vontade de chorar quando me lembro dos tempos deliciosos que nós passamos. Como nós desfrutamos daquela casa! É realmente um valor sentimental imenso, não tenho palavras".

Um outro veranista, o qual frequenta Atafona desde a sua infância, resumiu em poucas palavras o que significa o Balneário de Atafona na sua vida: "Atafona é um vírus". O entrevistado utilizou esta expressão para dizer que Atafona contamina as pessoas, ou seja, quem a conhece não quer veranejar em outro lugar.

Quanto ao ressarcimento das perdas materiais dos veranistas, nada foi feito. Ao contrário dos pescadores que receberam casas nos conjuntos habitacionais, os veranistas não receberam auxílio de qualquer tipo. As opiniões divergem um pouco. Dois dos veranistas entrevistados julgam ser justo o ressarcimento de alguma forma, ou seja, pelo menos o recebimento de um terreno em troca do imóvel perdido. Os demais disseram que não esperavam que fosse dado nada em troca. Estes últimos encaram o problema como sendo algo imposto pela natureza e entendem que, para conter a fúria do mar, teria que ser feito algo que ainda não se sabe o quê, mas que, com certeza, demandaria muito recurso.

Houve, no entanto, críticas quanto à lentidão no processo de pesquisa das causas da erosão e, conseqüentemente, da falta de uma solução. Esperava-se que o poder público, em todas suas esferas (municipal, estadual e federal), desse mais importância ao caso.

Conhecidos os reflexos da destruição sobre os dois grupos, o dos moradores e o dos veranistas, conclui-se que as medidas tomadas para amenizar o processo se encontram muito aquém da real necessidade. Quanto ao grupo dos moradores, a construção dos conjuntos habitacionais atendeu a apenas parte da demanda, e o cadastro de espera cresce a cada dia. Quanto aos veranistas, os mesmos estão perdendo seus patrimônios, sem que seja oferecida qualquer perspectiva futura. Paralelamente a este processo, ocorre uma forte ausência de iniciativas (por parte do poder público) no sentido de promover o local e reestimar o desenvolvimento, seja atraindo maior número de veranistas ou elaborando algum plano para reativar o turismo na região. É ainda importante ressaltar o seguinte aspecto: à medida que os imóveis vão sendo destruídos, a prefeitura deixa de arrecadar impostos sobre eles, fazendo com que a receita caia. Caso os veranistas fossem ressarcidos de alguma forma, seja com o recebimento de um terreno ou algum outro incentivo, a recuperação do desenvolvimento econômico e turístico do lugar aconteceria de forma automática. Paralelo a isto, aconteceria o incremento da receita municipal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Uma vez resgatado o histórico da destruição e também as conseqüências da mesma sobre a população local, relataremos agora, em vias de conclusão, o que tem sido feito para amenizar ou buscar solução para o problema.

Neste sentido, serão analisadas tanto as ações desempenhadas na esfera oficial (órgãos municipais) quanto as desempenhadas pela sociedade civil.

5.1 O PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Para que fosse possível entender como o poder público municipal trata o problema da destruição, entendendo também como são norteadas as ações do mesmo, foi necessário conhecer cada setor da prefeitura envolvido no processo. Para tal, foram visitados a secretaria de Ação Social, a Secretaria de Obras, a Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Meio Ambiente, a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e também o Centro Municipal de Cidadania.

A Secretaria de Ação Social é quem dá aos desabrigados ou moradores de área de risco o primeiro apoio na parte social. Este setor desenvolve o cadastramento das famílias necessitadas, dispondo-as em uma determinada ordem de prioridade de atendimento, considerando fatores como: maior risco, renda familiar menor ou até um salário mínimo e número de integrantes da família (principalmente menores de idade). Esta secretaria age em conjunto com a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, visando a agilizar os atendimentos mais urgentes.

É também por intermédio deste setor que são administrados os programas do PETI e Bolsa Escola (ambos envolvendo o Governo Federal, o Governo Estadual e

também a prefeitura). No caso do PETI, o programa foi estendido até a área urbana de Atafona, devido ao elevado índice de evasão escolar observado no período de outubro a dezembro, o qual corresponde ao melhor período de pesca do camarão, ficando as crianças envolvidas no descasque do mesmo, buscando o aumento da renda familiar.

Já a Secretaria Municipal de Obras executa obras em todo o município de São João da Barra, inclusive no Balneário de Atafona. Os conjuntos habitacionais Vila Esperança e Carrapicho foram construídos por intermédio desta secretaria, com a participação de outras esferas de governo.

Foi efetuada visita à Secretaria de Obras em 11/03/04, na qual obtivemos informações de que, no momento, não existe ainda um projeto para execução de nenhuma obra que tenha como objetivo conter a destruição, ou ainda a construção de mais casas populares para o Balneário de Atafona. Todavia, obtivemos informações de que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente está estudando uma proposta para contratação de pesquisa sobre o processo de erosão, a qual poderá nortear ações. Segundo o Secretário de Obras, somente com o resultado desta pesquisa serão possíveis a elaboração de projetos e a execução de obras, que poderão trazer alguma solução.

Os assuntos relativos a impostos e registros de imóveis são administrados pela Secretaria Municipal de Fazenda. Nesta secretaria, tivemos acesso às plantas de mapeamento das quadras atingidas pela erosão e, por intermédio de entrevista ao chefe do cadastro, obtivemos informações a respeito das residências que já foram destruídas. Isto se fez possível principalmente pelas informações quanto às baixas de IPTU.

A tarefa base da Secretaria Municipal de Meio Ambiente se constitui em acompanhar o desenvolvimento do meio ambiente, assim como implementar ações e projetos para a solução de problemas que venham a atingir o mesmo.

A destruição do balneário é uma conseqüência imediata do fenômeno erosão, provocado por diversos fatores que resultam em desequilíbrio ambiental. Assim sendo, é por intermédio desta secretaria que está sendo viabilizada a contratação de um estudo objetivando identificar as causas da erosão e determinar diretrizes para solução. Durante visita a esta secretaria, em março deste ano, obtivemos informações através da assessora de Meio Ambiente, Jociara Maia Pedra, a qual nos forneceu cópia de um relatório elaborado pelo engenheiro civil Guilherme Lindroth³⁴, o qual versa a respeito do referido estudo em vias de contratação.

A convite da Prefeitura Municipal de São João da Barra, no período de 26 a 29 de Janeiro de 2004, foi realizada por Lindroth uma visita técnica ao Balneário de Atafona, objetivando emitir um parecer sobre o problema da erosão que vem atingindo a praia.

Lindroth cita que o pontal é um nítido “acrescido de marinha”, formado há bastante tempo, provavelmente quando o regime dos ventos tinha como predominante o vento sueste. Segundo ele, trata-se de uma região de equilíbrio altamente instável que foi ocupada pelo homem de forma desordenada, fato que auxiliou no desequilíbrio da região.

³⁴ Guilherme Lindroth atua como engenheiro civil e consultor para obras de prevenção, proteção e recuperação de áreas atacadas por erosão pluvial, fluvial e marítima. Já apresentou projetos de proteção e recuperação das praias Mansa e Brava (atacadas por erosão marinha), ambas localizadas no município de Matinhos, no litoral paraense. Informações disponíveis em: <http://www.netpar.com.br/lindroth> (consulta efetuada em 14/05/04).

É muito provável que na década de 70 tenha havido uma alteração climática com mudança do regime de ventos na Região Sudeste e Sul do País, pois a maioria dos problemas de erosão surgidos em praias urbanas é desta época. O que se pode notar por fotografias antigas e por informação dos pescadores é que a foz do Paraíba do Sul tinha orientação para norte o que também explicaria a formação do Pontal. Na década de 70 e sob a influência, agora dominante do vento nordeste, o rio começou a mudar sua foz para Sul e iniciou a destruição do Pontal, com a ajuda do mar. Caso não haja nenhuma alteração do regime de vento é de se prever a destruição completa do que restou do Pontal e de parte da cidade, num período não muito longo [...] (p.1).

O engenheiro apresenta a falta de dados e a inexistência de estudos passados como entraves para a determinação das causas da erosão. Acredita que a região pode estar sofrendo a influência de fenômenos ainda não descobertos.

Em face ao exposto, o engenheiro propõe em seu relatório ações diretas objetivando remediar as conseqüências, dividindo em três grupos os problemas a serem solucionados: o emergencial, o urgente e o necessário para o desenvolvimento turístico-econômico da região.

- a) O emergencial: a primeira providência seria a execução de obras de proteção, que consistiriam basicamente em enrocamento³⁵ pesado com pedras colocadas sobre geotextil (uma espécie de tela). Paralelamente, seria necessária a demolição das ruínas existentes e o material retirado das mesmas serviria para preencher o espaço entre o enrocamento e as escarpas existentes. Esta proteção seria construída na região compreendida entre o DPO (Departamento de Policiamento Ostensivo) e o Pontal. Neste trecho encontra-se a estação elevatória de água, que, uma vez atingida, causaria um colapso no abastecimento de água da região.
- b) O urgente: na visão do engenheiro, o rio Paraíba do Sul necessita ser contido em sua mudança de rumo ao sul, e o local protegido pelo enrocamento (entre o DPO e o Pontal) deverá ser aumentado com areia, artificialmente, para permitir nova praia. Para tal, será necessário um estudo detalhado das condições locais, para que possam ser indicadas obras adequadas. Seria ainda necessária a contratação do EIA-RIMA (Estudo de Impacto Ambiental) para avaliar os possíveis impactos ambientais costeiros destas obras.
- c) O necessário para o desenvolvimento turístico-econômico: uma vez executadas corretamente as obras mencionadas, seria necessária a contratação de um grupo multidisciplinar para a execução de um

³⁵ Maciço em pedras arrumadas ou jogadas, destinado a proteger aterros ou estruturas, dos efeitos da erosão – (Dicionário Aurélio - 2ª Edição, Editora Nova Fronteira – Rio de Janeiro, 1986).

projeto de desenvolvimento da região, prevendo a construção de marinas, *resorts* e restauração do balneário, objetivando transformar o mesmo em um excelente pólo turístico.

Cabe, então, à Secretaria de Meio Ambiente buscar propostas alternativas para a solução do problema. Uma vez escolhida a diretriz a ser seguida, será feito contato com a Secretaria de Obras para monitoração e auxílio na execução dos serviços.

A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil é ligada diretamente ao gabinete do prefeito. As ações desta coordenadoria são efetuadas mediante parceria com o poder estadual, por intermédio do Corpo de Bombeiros.

A constituição deste órgão é bastante recente, tendo iniciado suas atividades em agosto de 2001. Antes, todos os problemas ficavam sob a responsabilidade do Corpo de Bombeiros. Por este motivo, a prefeitura não possui registro dos remanejamentos realizados desde o início da destruição, o que poderia indicar com precisão o número de imóveis destruídos.

Efetou-se visita ao setor em 11 de março deste ano, na qual tivemos a oportunidade de entrevistar o agente de Defesa Civil, Alex Sandro Barcelos. Com base nas informações fornecidas pelo mesmo, apresentamos a seguir um resumo das atividades desempenhadas pela Coordenadoria de Defesa Civil.

Em primeiro lugar, vêm as atividades de prevenção de acidentes (sejam estes provocados pela ação do homem ou pela ação da natureza), que se desenvolvem com base na sinalização e nos trabalhos informativos junto à comunidade. Os informativos englobam, principalmente, o monitoramento prévio das marés, o que previne moradores de áreas de risco quanto ao perigo.

A segunda atividade é o gerenciamento de acidentes. Esta consiste em assumir a situação, objetivando sempre diminuir os impactos sobre o homem e a natureza.

Uma vez controlada a situação, a terceira atividade da Defesa Civil é prestar auxílio aos cidadãos afetados, efetuando os primeiros socorros, atendimento médico e psicológico ou remoção física propriamente dita se for o caso.

Por último, cabe ainda à Defesa Civil prestar auxílio no restabelecimento da parte social da área afetada pelo sinistro.

Alex Sandro citou, também, um fato já mencionado neste trabalho. Relatou a dificuldade em administrar os casos em que pessoas de outras cidades se instalam em casas abandonadas em área de risco, no intuito de receberem casas ofertadas pelo poder público. Este fato vem complicar ainda mais a real dificuldade de remanejamento dos desabrigados.

A criação do Centro Municipal de Cidadania também é recente, data de junho de 2001. O centro é presidido pela primeira dama do município de São João da Barra, Lídia Felgueiras Dauaire, e suas atividades estão ligadas à Secretaria de Ação Social.

Tivemos a oportunidade de conversar com a assistente social Viviane Soares da Silva, a qual nos apresentou as atividades desenvolvidas pelo centro. Segundo Viviane, o centro desenvolve quase as mesmas atividades da Secretaria de Ação Social, porém desenvolvendo ações práticas e projetos para famílias com dificuldades sócio-econômicas. As famílias de Atafona que buscam o centro à procura de moradia são encaminhadas para a Secretaria de Ação Social para cadastro e providências posteriores.

Dentre os diversos projetos desenvolvidos por este centro, dois foram destacados por Viviane. O primeiro foi o “Reconstruir-Morar com Dignidade”. Este projeto visa

a auxiliar as famílias carentes do município de São João da Barra, as quais possuem terrenos, mas não dispõem de condições financeiras para arcar com todos os custos de construção. Neste sentido, é estabelecida uma parceria na qual o proprietário da área participa com a própria área e também com o material de construção; e a prefeitura participa com o custeio da mão-de-obra (que corresponde a, aproximadamente, 40% do valor da construção).

O segundo projeto destacado foi o “Vale-Vida”. Este promove cursos de qualificação e fornece ajuda de custo, objetivando fazer com que famílias de baixa renda do município tenham uma fonte alternativa de renda que possa garantir o seu sustento mínimo.

Analisando em conjunto as ações desempenhadas por cada secretaria, entende-se que todas elas possuem independência. Entretanto, há um comprometimento recíproco entre as mesmas, onde uma complementa e auxilia o desenvolvimento das atividades da outra.

5.2 MOVIMENTOS SOCIAIS.

Esparsas têm sido as ações desenvolvidas pela sociedade civil no sentido de promover algum tipo de solução para o problema da erosão, que resulta na destruição do balneário.

De cunho científico, podemos destacar o estudo geológico que vem sendo desenvolvido pelo laboratório Lagemar da UFF (Universidade Federal

Fluminense), já citado no primeiro capítulo. Em resumo, este estudo compreende o levantamento de dados físico-ambientais com o objetivo de relacioná-los com a erosão costeira, na busca de determinar os principais agentes do processo erosivo e estabelecer uma estimativa da velocidade do fenômeno para os próximos anos.

A pesquisa é coordenada pelos geólogos Alberto Figueiredo e Cleverson Silva e também pelo engenheiro cartográfico Gilberto Pessanha. O projeto é financiado pelo CNPq e conta com a colaboração de alunos da graduação e pós-graduação da UFF.

No que tange à participação de organizações não-governamentais, podemos destacar a ONG “SOS Atafona”. Segundo Noronha (2003), em dezembro de 1998 a praia de Atafona passou a contar com um Centro de Referência das Águas. Presidida pelo engenheiro sanjoanense Sérgio Romero Lopes Costa, a ONG teve sua criação formalizada com base nos princípios de uma gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, e de acordo com o CREA –RJ (Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia), que, tendo à frente o engenheiro José Chacon de Assis, instituiu uma política nacional para o setor com a presença da sociedade organizada nos Comitês da Bacia Hidrográfica e outras instâncias previstas na legislação.

O projeto inicial da ONG “SOS Atafona” objetiva criar uma área de proteção ambiental (APA) com cerca de 10 mil metros quadrados, indo da foz do rio Paraíba (inclusive ilhas) até a praia de Chapéu-de-Sol. Este projeto busca a preservação da fauna e da flora; e também a criação de condições para exploração do turismo ecológico.

Quanto à população em si, após a análise dos depoimentos dos moradores e veranistas, pode-se extrair em caráter conclusivo o perfil do comportamento dos dois grupos.

O primeiro grupo, o de moradores, tem a maioria de seus chefes de família engajados na atividade pesqueira. A Colônia de Pescadores, que se traduz no “órgão de classe” desses profissionais, está por sua vez ligada à prefeitura. Como já demonstrado, muitos dos pescadores não fazem parte da colônia por motivos diversos. Em suma, a parcela da população composta de moradores não apresenta união ou organização de caráter expressivo que pudesse exercer algum tipo de pressão ou cobrança por providências.

Analisando, por outro lado, os depoimentos dos veranistas, pessoas de grau de instrução mais elevado e, conseqüentemente, acesso a mais informações e conhecimentos, conclui-se que os mesmos encontram-se descrentes. Estes denunciam a morosidade das providências tomadas pelo poder público, principalmente no que tange ao desenvolvimento de pesquisas para a busca de uma solução. Este grupo não apresenta esperanças no sentido de algum tipo de ressarcimento, uma vez que a parcela mais necessitada (moradores) não foi completamente atendida, ou seja, nem todos os moradores que perderam seus imóveis foram acomodados nos conjuntos habitacionais, estando o cadastro de famílias muito além das perspectivas de solução. Os veranistas entendem, de modo geral, que os mais necessitados devem ser ressarcidos em primeiro lugar. Dessa forma, não existe também por parte dos veranistas uma representação significativa no sentido de clamar por providências.

Diante do exposto, conclui-se que a população em geral encontra-se passiva, ou sem representação suficientemente forte, sujeitando-se a espera de que soluções sejam apresentadas e postas em prática pelo poder público. Neste sentido,

enquanto não se identifica a melhor e mais viável solução a ser adotada para conter a erosão marinha, a destruição continua a assolar o Balneário de Atafona, imputando ao mesmo um cenário de abandono, desestimulando turistas e até mesmo veranistas, agravando ainda mais a situação.

Entende-se que providências de maior vulto, como obras para conter a erosão, deverão ser tomadas pelo poder público. Assim sendo, almeja-se que parcerias possam ser firmadas entre a Prefeitura Municipal de São João da Barra e as outras esferas de governo, ou quem sabe ainda, sejam possíveis parcerias com universidades ou outros órgãos de pesquisa, no sentido de viabilizar uma solução.

A sociedade civil, por outro lado, não pode “cruzar os braços”, esperando apenas as iniciativas do poder público. Há de se entender, que, embora Atafona seja de todos, o dever de lutar por ela é de cada um de nós.

6 OBRAS CITADAS

AGÊNCIA BRASIL. Erosão modifica contorno do litoral da região Nordeste. *Ciência, Tecnologia & Meio Ambiente*. Texto eletrônico. Disponível em: <<http://www.radiobrás.gov.br/ct/2002>>Matéria de 11/01/02. Acesso em: 25 fev. 2003.

ATAFONA na senha do progresso. *A Evolução*, São João da Barra, 24 jun. 1949, p.1.

AVANÇO do mar continua e Ernesto pede obra para proteger o Pontal. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 3 jun. 1976. Ano 143, n. 148. Capa.

BARBOSA, Aluísio Cardoso. Pontal: um núcleo de pescadores e um ponto permanente de atração turística. *A Notícia*, Campos dos Goytacazes, 9 dez. 1973. Ano 58, n. 282, cad. 2 .

BASTOS, Alex Cardoso. *Análise morfodinâmica e caracterização dos processos erosivos ao longo do litoral norte fluminense, entre Cabiúnas e Atafona*. Niterói, 1997. 133f. Dissertação (Mestrado em Geologia e Geofísica Marinha) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1997.

BECKER, Jean-Jaques. O handicap do a posteriori. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 277p. Cap.3, p. 27-31.

BONDUKI, Nabil. Habitação social e arquitetura moderna: os conjuntos habitacionais dos IAPs. In: _____. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. 344p. cap.4, p.133-176.

_____. O fim da era Vargas e a busca de novos horizontes para a cidade do presente. In: _____. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 2 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999. 344p. Conclusão, p.315-322.

BRANDÃO, Túlio. A guerra do Paraíba do Sul com o mar. *O Globo*, Rio de Janeiro, 16 abr. 2004. Caderno Rio, p.25.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo: a escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina. *Integração, região e regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 312p. cap.9, p.155-167.

COHAB escolhe área para casas no Pontal. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes , 19 abr. 1975. Capa.

CONDE, Luiz Paulo. Plan Agache: urbanismo de excelencia en los años 20. Rio de Janeiro: Casa França-Brasil, 1990. Disponível em: <<http://www.summamas.com/25.htm>.> Acesso em : 24 fev. 2003.

COPE enviará equipe de técnicos a Atafona. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 11 mar. 1990. p.5.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989. 96p.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 17 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 170p.

ERNESTO pede a Faria Lima ajuda do DER para casa do Pontal. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 16 out. 1975. Capa.

FARIAS, Patrícia. Festa, nação, etnia, personalidade: notícias da Abolição. In: CONTINS, Márcia (org.). *Visões da Abolição, 1988* . Rio de Janeiro: CIEC/ Escola de Comunicação/ UFRJ e Fundação Museu da Imagem e do Som/ Governo do Estado do Rio de Janeiro, 1997.

_____. A praia Carioca , da colônia aos anos 90: uma(s) história(s). *Contracampo*. Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, V. 4, p. 125-145, jan. 2000.

GOULART, Diva Maria. Atafona: Moinho de Saúde. *A Notícia*, Campos dos Goytacazes , 2 mar. 1969.

HAESBAERT, Rogério. Morte e vida da região: antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. In: SEMINÁRIO DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 4., 2001, UNESP- Presidente Prudente.

LAMEGO, Alberto. Atafona e a igreja de Nossa Senhora da Penha. In: _____. *A Terra Goytacá*. Niterói: Diário Oficial, 1942. Tomo V, 520p. cap. 14, p.321-325.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. Fundação histórica: São João da Barra. In: _____. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: Lidador, 1974. 227p. p. 166-205

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 277p. Cap.2, p.15 -25.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima*. 2 ed. São Paulo: Annablume, 1994. 194p.

MAR agitado provoca mais um desabamento: Atafona. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 17 jan. 1976. Capa.

MAR ameaça acabar de vez com o Pontal. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 5 abr. 1977. Ano 144, n. 77, capa.

MAR devolve faixa do Pontal a Atafona. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 25 jul. 1978. Ano 1, n. 165, capa.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história – interfaces. *Revista Tempo*, Universidade Federal Fluminense, V. 1, n. 2, p. 73-98, dez. 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2000. 111p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. A ocupação da zona costeira do Brasil: uma introdução. In: _____. *Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil*:

elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: HUCITEC – EDUSP, 1999. 229p. cap.2, p.27-56.

MUEHE, Dieter; VALENTINI, Enise. *O litoral do estado do Rio de Janeiro: uma caracterização físico-ambiental*. Rio de Janeiro: Fundação Estudos do Mar, 1998. 99p.

NO PONTAL e na Convivência o mar acabou levando vantagem na formidável luta travada com o homem. *A Notícia*, Campos dos Goytacazes, 10 abr. 1977. Ano 61, n. 82, caderno 2, capa.

NORONHA, João. *Uma dama chamada Atafona*. São João da Barra: Cultura Goitacá, 2003. 120p.

O MAR invade Atafona. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 maio 1990. Caderno Cidade. p.1.

O MARTÍRIO de São João da Barra . *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro , 28 abr. 1974.

O PONTAL ressurge e com ele um dos lugares mais bonitos e românticos de Atafona. *A Notícia*, Campos dos Goytacazes, 20 set. 1981. p. 10.

OSCAR, João. *Apontamentos para história de São João da Barra*. Teresópolis: Mini Gráfica, 1977. 249p.

PARAISOS a margem do Atlântico: a interessante entrevista com o professor Agache. *A Evolução*, São João da Barra, 17 mar. 1942, p.3.

PESCADORES vão receber casa hoje em Atafona. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 28 jan. 1977. Ano 144, n. 22, capa.

PIRES, Júlio Manuel. Economia regional e urbana. In: MONTORO FILHO, André Franco et. al. *Manual de economia*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 653p. cap.27, p.583-596.

PONTAL de Atafona será interditado. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 31 jan. 1990. Ano 156, n. 22, capa.

PONTAL de Atafona poderá ser evacuado. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 9 maio 1990. Ano 155, n. 101.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. *Ciência e Cultura*, São Paulo: SBPC, V. 39, n. 3, p. 272-286, mar. 1987.

RIO DE JANEIRO poderá instalar hotel de turismo em Atafona. *Monitor Campista*, Campos dos Goytacazes, 6 jan. 1976. Capa.

RODRIGUES, Hervé Salgado. A velha Atafona. *A Notícia*, Campos dos Goytacazes, 19 fev. 1984. p.3.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. 277p. Cap. 7, p. 93 –101.

SÁ, Carlos A. A. de. Um porto para salvar Atafona. *São João da Barra*, São João da Barra, jun. 1999. Ano V, n. 41, p.8.

7 OBRAS CONSULTADAS

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do Cpdoc*. Rio de Janeiro: FGV, 1989. 220p.

BERNARDES, Lysia; SOARES, Maria Therezinha de Segadas. *Rio de Janeiro: cidade e região*. 3 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995. 159p.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 14 ed. São Paulo: Difel, 1984. 367p. p.227-255.

KENT, W.A.; BRADFORD, M.G. A teoria dos lugares centrais: o modelo de Christaller. In: _____. *Geografia humana*. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1987. 264 p. cap.1 , p. 17-45.

8 APÊNDICES.

8.1 QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM PESCADORES.**DATA** ____/____/2004

1. CONJUNTO HABITACIONAL: _____

2. CASA nº: _____

3. NOME DO “PROPRIETÁRIO” DA CASA:

4. O PROPRIETÁRIO FAZ PARTE DA COLONIA DE PESCADORES?

 SIM NÃO

5. Nº DE QUARTOS: _____

6. Nº DE RESIDENTES

 ADULTOS CRIANÇAS

7. QUANTAS PESSOAS DA CASA TRABALHAM NA PESCA:

8. RECEBEU O IMÓVEL EM TROCA DE OUTRO DESTRUÍDO PELO MAR?

 SIM NÃO

9. ONDE ERA A CASA ANTERIOR?

18.E AS CRIANÇAS, RECEBEM ALGUM BENEFÍCIO?

8.2 QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM VERANISTAS.

Data: ____/____/____

Dados do Proprietário do Imóvel.

1. Nome: _____

2. Idade: _____

3. Profissão: _____

4. Local da moradia atual: _____

Dados do imóvel destruído pelo mar.

1. Quando adquiriu o imóvel? _____
2. Como adquiriu o imóvel? _____
3. Endereço: _____
4. Descrição do imóvel: _____
5. Quantas pessoas veraneavam no imóvel? _____
6. Qual a frequência de uso do imóvel? _____
7. Quando teve a casa tomada pelo mar? _____

Dados relativos às perdas:

1. Valor estimado do imóvel na ocasião da destruição do mesmo. _____

2. Onde está veraneando agora. _____
3. Além do valor material do imóvel, quais foram as demais perdas?

4. Já adquiriu ou tem intenção em adquirir um outro imóvel em Atafona?
Porque?

5. Recebeu alguma orientação, promessa ou indenização por parte do poder público?

6. Que ação espera do poder público? O que acha que poderia ser feito?
